



Vicente Amone Saice Nhacumba **O Contributo da Televisão de Moçambique na Construção da Identidade Nacional Estudo do Caso: Análise do Programa “Ver Moçambique”**

UMinho | 2011

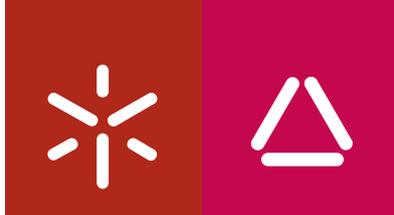


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vicente Amone Saice Nhacumba

**O Contributo da Televisão de Moçambique
na Construção da Identidade Nacional
Estudo do Caso: Análise do
Programa “Ver Moçambique”**

Julho de 2011



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vicente Amone Saice Nhacumba

**O Contributo da Televisão de Moçambique
na Construção da Identidade Nacional
Estudo do Caso: Análise do
Programa “Ver Moçambique”**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Comunicação
Área de Especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

Julho de 2011

Declaração

Nome: Vicente Amone Saice Nhacumba

Endereço Electrónico: viceamo@gmail.com

Título dissertação: O Contributo da Televisão de Moçambique na Construção da Identidade Nacional. Estudo do Caso: Análise do Programa “Ver Moçambique”

Orientador (es): Professora Doutora Rosa Cabecinhas

Ano de Conclusão: 2011

Designação do Mestrado:

Mestrado em Ciências da Comunicação

Especialização em Informação e Jornalismo

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete

Universidade do Minho,

Vicente Amone

Aos meus pais:

Júlia Laice

Amone Saice

Agradecimentos

Agradeço a todos os que directa ou indirectamente me apoiaram nos momentos importantes do curso até ao término desta dissertação. Acredito que não poderei mencionar todos que fizeram parte, mas merecem uma atenção especial as seguintes pessoas singulares e instituições:

À minha família: Raquel Marlusa (esposa), Allan Amone Nhacumba e Cerinela de Araújo Nhacumba (filhos), que durante o período que estive ausente ficaram privados do meu carinho e que cedo compreenderam a minha ausência. Aos meus irmãos, meus cunhados, e sogros Amarildo Santos e Carla, vai o meu muito obrigado pelo apoio que foram dando a minha família.

Manifesto minha profunda gratidão à Professora Doutora Rosa Cabecinhas, minha orientadora pela paciência, incentivo e amizade que me foi transmitindo durante o percurso que me foi dando para atingir os objectivos preconizados e ampliar meu horizonte académico na área de investigação.

Aos professores, Felisbela Lopes, Joaquim Fidalgo, Zara Pinto Coelho, Luís Loureiro, Manuel Pinto, Helena Pires.

Agradecimentos especiais vão para os meus grandes amigos:

José Nhguila, Ouri Pota e Dr. Bernardo Mavanga (Ex- PCA da TVM) que tanto incentivaram me para que continuasse com os estudos, ao Elton Sambo e Pedro Cumbana (moçambicanos). À Michelly de Carvalho, pela sua disponibilidade e apoio que sempre me deu desde o primeiro dia de aulas até os dias de hoje. Estendo este meu muito obrigado ao Vítor e Mariana. Aos funcionários da Residência Santa Tecla, todos os PALOPs e não que conviveram comigo, servindo assim momentos de troca de experiência em termos culturais, o meu muito obrigado.

Aos profissionais da TVM que tanto contribuíram (Simião Ponguane, Emilia Moiane, Águeda Macuácuá, Floriberto Fernandes e Suzana Espada) no fornecimento de dados sobre a

produção do programa “Ver Moçambique”, a Direcção da Televisão de Moçambique, em especial, Armindo Chavana, PCA da Empresa, o meu muito obrigado.

Aos Drs: Elísio Macamo, José Cabaço e Simão Anguilaze os meus agradecimentos pelo contributo dado nos vossos depoimentos no que diz respeito ao conhecimento da realidade moçambicana.

Agradeço ao Instituto Português de Apoio e Desenvolvimento - IPAD em coordenação com Instituto de Bolsas de Moçambique por ter me concedido a bolsa de estudo durante os dois anos do meu Mestrado.

Resumo

O presente trabalho corresponde à dissertação no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, na área de especialização em Informação e Jornalismo.

Vários investigadores, políticos e sociedade em geral têm debatido a questão da identidade, quer a nível local, nacional ou mesmo do mundo e os meios de comunicação social têm tido um papel preponderante na construção das identidades sociais. Sendo assim, consideramos pertinente analisar, empiricamente, a forma como a Televisão de Moçambique - E.P., através do programa Ver Moçambique contribui para a construção da identidade dos moçambicanos.

Nesta investigação começámos por efectuar uma revisão de literatura para a conceptualização do tema e fizemos algumas entrevistas exploratórias aos produtores do programa, neste caso, os jornalistas e directores e personalidades que estiveram ligadas ao processo da criação da empresa, Televisão de Moçambique e do programa “Ver Moçambique”. Seguidamente efectuámos a análise de dois meses (Setembro e Outubro de 2010) de emissões do programa “Ver Moçambique”. Para tal procedemos à análise de conteúdo das peças emitidas nesse período usando o método estatístico.

Os resultados da nossa investigação indicam que a maior parte das peças produzidas retratam a vida das comunidades, ainda que tenham a ver com as sedes dos distritos e reflectam as realizações do Governo e ONGs, uma vez que os jornalistas do “Ver Moçambique” para se deslocarem a estes pontos fora da capital provincial, praticamente, fazem-no quando há visitas dos responsáveis das entidades acima citadas. Por outro lado, observamos que, das peças produzidas a representatividade do cidadão comum perdeu espaço no programa devido à pressão exercida pelos governos provinciais às equipas da TVM para mostrarem as suas actividades e serem os protagonistas neste espaço dedicado às realizações do cidadão comum. Por último foram efectuadas entrevistas a pessoas da sede do distrito de Magude que apontaram ser um programa importante para o processo de construção da identidade nacional e união dos moçambicanos.

Do material analisado e das entrevistas efectuadas aos receptores do programa podemos concluir que o resultado é positivo, na medida em que confrontando os dois dados em análise pode se considerar que as peças reproduzidas vão ao encontro da realidade da população, embora ainda, haver um caminho a percorrer para trazer o espelho de todo o país.

Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a percepção da realidade moçambicana, olhando para a forma como a TVM o representa na produção do seu programa “Ver Moçambique”.

Palavras-Chave: Televisão de Moçambique; Identidade Nacional; Moçambique; memória social; diversidade cultural.

Abstract:

This dissertation reports a research conducted in the scope of the master degree in Communication Science in the field of journalist and information.

Most of the researchers, politicians and the society in general, have been discussing about the identity, in local, national as well as international arena, and the media plays a very important role in building social identities. In this regards, we carried out an empirical analysis regarding how the Mozambique public television TVM-EP, through the program “Ver Moçambique”, is contributing for building the identity of Mozambican people.

In this dissertation we started with literature review, in order to understand the concept of the subject topic, and we also conducted interviews focusing in the staff working for “Ver Moçambique” program, namely: journalists and directors and all staff that have been full involved in creation of the company including those that set up the he program “Ver Moçambique”. Furthermore, we carried out an analysis of the program during a period of two months of the broadcasting (September and October 2010) and a statistical method was used to assess the content of the program.

The results of our research indicate that the major part of the program covers the life of the community, although the program focus mainly in the capitals of district reflecting the achievements of the government and NGO (Non Government Organization), taking into account that the journalist working for “Ver Moçambique” travel to the field only when there is visit from government or NGO representative to a certain district.

In addition to that, we notice quite often the program is slightly covering less aspect related to the public as such, due to the pressure subjected to the TVM working tem from provincial government that focus in covering their activities (government activities), therefore, the coverage of public aspect is reducing.

Interview was carried out to a certain people living the capital of district of Magude, and they still believe that the program play important role in the process of building national identity and union among Mozambican.

Based on the analysis of the program and the interviews carried out among the audience, we reached a conclusion that the overall result is positive, in the sense that after doing the collect data, we found out that the program covers the reality of the different communities although there is still room for improvement in order to reflect the whole country.

We believe that the result of this research will contribute for perception of Mozambican reality by looking at the way how the program “Ver Moçambique” is produced.

Key words: Mozambican Television; National Identity; Mozambique; Social memory; Culture diversity

Abreviaturas

CRM - Constituição da República de Moçambique

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

INE - Instituto Nacional de Estatística

MANU - Mozambique African National Union

MNR - Movimento Nacional de Resistência

ONGs - Organizações Não Governamentais

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

TVE - Televisão Experimental de Moçambique

TVM - Televisão de Moçambique

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Africana de Moçambique Independente

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	vii
Abstract	ix
Abreviaturas	xi
Introdução	1
Parte I: Enquadramento Teórico	5
1. Questão das Identidades.....	7
1.1. Identidade.....	7
1.2. Identidade Nacional.....	15
1.3. Identidade Moçambicana.....	19
Parte II: Moçambique em Foco	23
2.1 Breve Caracterização da História de Moçambique.....	25
2.2. A Luta de Libertação de Moçambique.....	29
2.3. Moçambique Pós Independente Até os Dias Actuais.....	32
2.4. A Língua Portuguesa e a Identidade Moçambicana.....	37
Parte III: Televisão mFoco	41
3. Breve Historial da Imprensa de Moçambique até os dias de Hoje.....	43
3.1. Televisão: Meio Identitário da sociedade.....	45
3.2. História da Televisão de Moçambique.....	47

3.3. História do Programa “Ver Moçambique”	50
3.4. Produção do Programa “Ver Moçambique” da TVM.....	52
Parte V: Estudo Empírico	55
4.1. Distribuição do Sinal da TVM.....	57
4.2. Análise do Programa Ver Moçambique.....	59
4.2.1. Fontes Usadas Por Peça/Província.....	61
4.2.2. Peças Por Província.....	63
4.2.3. Temas por Província.....	65
4.2.4. Peças Por Distrito.....	69
4.3 Síntese da análise das peças.....	69
4.4. Análise das Entrevistas à População no Distrito de Magude.....	70
Considerações Finais	75
Bibliografia	77
Apêndices	81

Introdução

A identidade nacional tem sido tema de destaque nos últimos anos, pelo facto de este poder servir como elo no processo das relações entre as várias comunidades que compõe um determinado Estado-nação. Para tal, é necessário perceber como é que estas comunidades se caracterizam para que elas possam interagir como um só povo, deixando de lado as suas diferenças culturais, étnicas, políticas religiosas.

Estas manifestações podem ser vistas numa dimensão local e estas diferenças são ultrapassadas quando se trata da dimensão nacional. Como afirma Ortiz “a memória colectiva, popular, está ligada a vivência, enquanto a memória nacional ultrapassa, transcende os sujeitos da sua quotidianidade, fazendo relação com a história. A primeira está directamente associada à manifestação ritual, a segunda aparece como ideologia e como algo não particularizado, algo que não se relaciona a nenhum grupo, mas que justamente por isso permeia e perpassa todos eles” (1994, *in* Quedinho, 2007: 4).

Os Estados como mandatários do povo procuraram meios para estabelecer essa interacção das comunidades do seu país, de forma a distanciá-los de presumíveis conflitos entre elas e para tal, os meios de comunicação por serem detentores desse poder de transmissão de mensagens, têm tido um papel preponderante na educação e socialização das comunidades para uma convivência harmoniosa.

Moçambique é um país que viveu muitos anos mergulhado em conflito armado, que durou 16 anos. Hoje, num ambiente de paz, procura-se uma identidade que possa ser representativa para os moçambicanos e os meios de comunicação, concretamente a Televisão de Moçambique, tem sido chamados para dar o seu contributo, razão pela qual escolhemos o seguinte tema para esta dissertação: *Contributo da Televisão de Moçambique na Construção da Identidade Nacional: Estudo do Caso - Análise do Programa “Ver Moçambique”*.

O “Ver Moçambique” é um programa diário, informativo e educativo da TVM que busca as realizações do quotidiano das diferentes comunidades moçambicanas, com intuito de, a partir das reportagens produzidas pelos jornalistas que seleccionam a informação noticiosa das mesmas, retratar as actividades, na perspectiva de mostrar as diferenças regionais e construir

uma identidade única na diversidade da nação moçambicana. Desta forma propomos a seguinte questão de partida: A questão da identidade nacional tem sido tema de discussão na actualidade. De que forma a Televisão de Moçambique contribui para a construção da realidade identitária dos moçambicanos?

Neste sentido, o objectivo geral desta dissertação é o seguinte: Perceber a contribuição da televisão na construção da identidade moçambicana a partir dos seus programas informativos.

Objectivos específicos:

- Descrever o género noticioso a que pertence o programa “Ver Moçambique” e sua actuação como um sistema de representação social;
- Analisar a produção das peças diárias do programa “Ver Moçambique” na perspectiva do reforço da identidade nacional;
- Discutir os conteúdos noticiosos produzidos no programa “Ver Moçambique” na criação do vínculo com o público e a sua credibilidade.

Hipóteses:

- A Televisão de Moçambique procura aproximar o seu público, através do programa Ver Moçambique, as realidades que constituem o mosaico cultural moçambicano;
- O programa Ver Moçambique procura fomentar a identidade nacional;
- Nem todas as comunidades moçambicanas se sentem representadas no programa Ver Moçambique devido à forma como é produzido o programa.

Para o presente trabalho de dissertação da tese recorreremos às técnicas mais frequentes em ciências sociais. Na interpretação de Quivy & Campenhoudt (2008), a investigação em ciências sociais pode ser comparada com o processo de perfuração petrolífera.

“Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido. Primeiro o estudo dos terrenos, depois a perfuração. (...). Não se pode exigir ao responsável do projecto que domine minuciosamente todas as

técnicas necessárias. (...). No que respeita à investigação social, o processo é comparável. Importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2008: 15).

Na pesquisa usamos a documental, na qual, Almeida & Pinto (1995) consideram que a observação de documentos envolve procedimentos muito diversificados porque a priori são documentos reveladores de fenómenos sociais. Para os autores, nesta multiplicidade encontramos documentos escritos: “arquivos públicos e documentos oficiais (sob a forma de estatísticas ou não), (...) mas sobretudo de documentos não escritos: cinema, rádio, televisões, gravações, fotografias; iconografia (pintura, desenho, esculturas, etc.) ” (Almeida & Pinto, 1995: 104).

Almeida & Pinto (1995) apontam duas técnicas de observação documental, técnica clássica que proporciona uma análise qualitativa em profundidade (intensiva), técnicas modernas que são de base quantitativa e, em geral, extensivas, ou seja, cobrindo um amplo campo de estudo.

Partindo dos pressupostos acima referenciados, tivemos como base metodológica para a investigação a leitura bibliográfica, que consistiu na busca de material de trabalhos realizados, como forma de podemos inferir a questão conceptual das palavras-chave na abordagem do tema que pretendemos desenvolver: Identidade, Identidade Nacional e Televisão como vínculo social.

Para melhor compreender a Televisão de Moçambique como vínculo social houve necessidade de recolha de material no campo. Para tal, recorremos ao arquivo documental em material de vídeo do programa Ver Moçambique da TVM, cujo perfil está orientado para a construção da identidade moçambicana.

A nossa análise do material baseou-se em métodos estatísticos, onde usamos o programa SPSS para cruzarmos os dados das peças dos programas. Portanto, analisamos 33 (trinta e três) programas produzidos nos meses de Setembro e Outubro de 2010. Esta análise teve como base, verificar o processo de produção das reportagens, em termos de abrangência geográfica. Outro aspecto que tomamos em conta, mas sem maior profundidade, observamos os conteúdos contidos nas reportagens como forma de enriquecer a nossa investigação.

Como forma de obter *feedback* junto do receptor sobre o programa Ver Moçambique, recorreremos a entrevistas semi-estruturadas a vinte indivíduos do distrito de Magude, cientes de que esta amostra não é representativa para aquela comunidade.

Sendo o autor da dissertação moçambicano, e tendo estagiado no projecto de investigação “Narrativas identitárias e memória social” (PDTCI-COM/105100/2008), considera ser importante o tema uma vez que a TVM, embora ainda só esteja a cobrir com seu sinal, uma área de correspondente a 45% das zonas habitadas, achamos que com o presente trabalho iremos contribuir para a percepção do impacto que o programa Ver Moçambique tem nas comunidades do país.

O nosso trabalho está estruturado em quatro partes: Primeira é caracterizada pela conceptualização das identidades, onde tratamos o conceito identidade no geral, dando primazia ao cruzamento de vários autores que tratam da questão identitária.

Na segunda parte vamos dedicar à questão identitária moçambicana. Aqui iremos contextualizar o processo moçambicano, começando com a ocupação colonial, a luta de libertação, Moçambique pós independência e a mudança de partido único a democratização do país.

Para a terceira parte discutimos a questão da televisão como vínculo identitário, olhando mais para a realidade moçambicana. Neste percurso vamos poder apresentar a forma como a TVM é um serviço público com missão de informar, educar e socializar através do programa Ver Moçambique que é o nosso objecto de análise.

Na quarta parte apresentamos a análise dos dados em estudo pelos quais, quanto a nós consideramos serem favoráveis, embora o actor com maior impacto nas peças analisadas não seja o principal, o cidadão comum. Por último temos as considerações finais e anexos do nosso trabalho.

Parte I: Enquadramento Teórico

1. Questão das Identidades

1.1. Identidade

A questão da Identidade começou a ganhar maior impacto aquando da criação de movimentos nacionalistas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Para muitos autores, este tema é de extrema complexidade, pelo facto de tratar a questão do “Ser” e a sua relação com a sociedade em que vive nos dias de hoje. “A identidade sintetiza, e ao mesmo tempo abrange, uma diversidade de aspectos ou dimensões do Ser” (Lalanda, 1990: 39).

Quase todas as ciências sociais ou humanas utilizam este conceito e cada uma propõe uma perspectiva, onde cada um procura fazer entender as complexas dimensões que a identidade pode conter. Individual, colectiva, étnica, sexual, territorial, cultural e outras tantas abordagens possíveis à identidade enquanto objecto.

Jackson e Smith (citados por Carvalho, 2011), destacam que esta questão de definição da identidade é uma dificuldade enfrentada por muitos investigadores, principalmente quando tentam aliar uma definição conceptual e operacional do construto.

Segundo Bauman (2004), identidade tem se tornado um tema que vem crescendo nas discussões actuais. Para o autor, passou a ser um dilema e um desafio para a sociologia, bastando recordarmo-nos de que há algumas décadas este assunto não estava nem perto do centro das atenções e vinha permanecendo unicamente um objecto de meditação filosófica. “Actualmente, no entanto, a identidade é o papo do momento, assunto de extrema importância e evidência” (Bauman, 2004: 22/23).

Woodward, citada por Mota (2008), justifica a importância da análise do conceito Identidade e a sua associação com cultura, bem como dos processos que envolve dizendo o seguinte: “Para explicar o porque estamos analisando o conceito de Identidade, precisamos examinar a forma como a identidade se insere no `circuito da cultura` bem como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação” (Woodward, 2007: 16). Segundo a mesma autora, citada por Mota (2008), a questão de identidade deve ser examinada olhando para as preocupações contemporâneas em diferentes níveis como forma de compreender o que faz da identidade um conceito tão central.

Corroborando com a ideia da autora, hoje em dia, graças ao desenvolvimento tecnológico, a vida social das comunidades ganhou outra dinâmica no que diz respeito a interação e podemos mesmo dizer que existe alienação, em quase todos aspectos. A destacar, apontamos a cultura, exceptuando umas e outras, hoje em dia as relações culturais tornaram-se abertas. Portanto, podemos concluir que com os meios comunicacionais, o mundo é visto virtualmente e os povos acabam estando cada vez mais próximos.

Na abordagem sociológica, Lalanda (1990), considera que é necessário desconstruir o modo como se configura a identidade dos indivíduos ou grupos, e que esta, representa ao mesmo tempo, uma tomada de consciência de que existe um “eu” e/ou um “nós” que unifica uma identidade. A autora apresenta duas questões que ajudam a fundamentar a sua ideia. “Quem Sou? Ou Quem Somos?” (Lalanda, 1990: 39).

Para reforçar a sua ideia, a Lalanda (1990) busca a citação de Mead que considera que só se tomando consciência podemos transformar o “eu” em objecto para nós mesmos e assim distanciarmo-nos, compreendermo-nos e reconhecermo-nos. Nesse sentido, só se pode objectivar o “sentimento de identidade” na medida em que existe uma procura da coerência, da valorização e da autonomia dos indivíduos.

A “identidade” aplicando-se o termo aos actores sociais é o processo de construção de sentido a partir de um atributo cultural, ou de um conjunto de atributos culturais que têm prioridade sobre todas as outras fontes. Neste sentido um mesmo indivíduo ou o mesmo actor colectivo pode ter várias identidades (Ferreira, 1997).

No entender da autora, sustendo-se com a afirmação de Antony Giddens, considera que existe uma interligação entre os dois extremos, onde há uma influência global, por um lado, e por outro, uma dimensão pessoal.

Para a autora, o indivíduo constrói e reconstrói a sua história a partir de dentro, da noção de “estilo de vida” com uma certa “unidade” assente em hábitos e práticas quotidianas, tais como vestir, comer, agir, incorporadas na relação com os outros, sempre abertas à mudança, à escolha perante uma pluralidade de opções que são adoptadas e não transmitidas (Ferreira, 1997:149).

Na acepção de Tajfel, citado por Cabecinhas (2007), a identidade social de uma pessoa resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e do significado emocional atribuído a essas pertenças, significado esse que depende das semelhanças e diferenças percebidas face a outras pessoas e grupos. Segundo Cabecinhas (2007), na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada pessoa pertence simultaneamente a vários grupos sociais, sendo que a saliência dessas diversas pertenças depende do contexto e do estatuto relativo dos grupos numa dada estrutura social e num dado momento histórico.

Na mesma abordagem, Cabecinhas (2007) acrescenta que todas as pessoas são activas na construção das suas representações, no entanto, não se deve esquecer que a estrutura social determina que nem todas têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações.

Lopes (2006) apresenta na sua visão as identidades colectivas como sistemas de reconhecimento e diferenciação simbólicos das classes e dos grupos sociais e a comunicação emerge como espaço-chave na construção/reconstrução dessas identidades. Por outro lado, a autora aponta que no processo de relação conflituosa e enriquecedora com outros grupos permite que este desenhe estratégias para a sua resistência ao que de dominação disfarçada existe na ideia de desenvolvimento e modernização. Na sua linha de pensamento, afirma que os estudos interculturais propõem uma leitura mais complexa de constituição de identidades, tendo em conta o exame aos processos culturais que nos vinculam ou que nos separam.

Hall (1997) considera que a identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui como sujeito unificado. Assim, a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo moderno.

Por sua vez, Maalouf (2002), entende a identidade como sendo uma questão complexa. O autor, parte de si mesmo como exemplo para desconstruir a identidade. No livro intitulado “*As Identidades Assassinas*” aborda o percurso da sua vida como indivíduo de

múltiplas identidades, razão pela qual, ombreia duas nacionalidades, libanesa e francesa. Com esta nova visão do sentido de pertença, o autor afirma que “A minha identidade é aquilo que faz com que eu não seja idêntico a qualquer Outra pessoa” (Maalouf, 2002: 18).

O autor usa como exemplo o “documento” que nos identifica, como não sendo, apenas aqueles dados que marcam a nossa identidade como Seres, mas sim, existem vários elementos que compõe aquilo que somos na sociedade. “Estes elementos podem ser, a pertença a uma religião, nacionalidade, por vezes duas; grupo étnico ou linguístico; uma família mais ou menos alargada; profissão; instituição; ou mesmo a um meio social” (Maalouf, 2002: 18).

Esta lista proposta pelo Maalouf ainda pode ser mais extensa, na medida em que existem outros elementos que fazem parte do que chamamos de sentido de pertença. Estas pertenças não têm a mesma importância, pelo menos, ao mesmo tempo, mas também, nenhuma delas está desprovida de importância, uma vez que todas elas as representam, ou melhor, contribuem para a personalidade do indivíduo.

Noutra perspectiva, Lalanda (1990), entende que a pesquisa sobre a identidade leva a integrar a análise das representações, das estratégias e das práticas ou comportamentos dos indivíduos ou grupos e aponta diferentes áreas da vida social. “A identidade é uma configuração que estrutura e é estruturada no modo de vida dos indivíduos e/ou dos grupos e é por estes apropriados/incorporados” (Lalanda, 1990: 40).

Na mesma perspectiva sociológica, pode-se afirmar que existe um eixo triangular na análise da construção identitária. Ela é vista como *uma estrutura, um processo e relacional*. É deste triângulo que podemos entender a identidade de um indivíduo ou de um grupo, sendo que nenhum deles a explica por si só (Lalanda, 1990).

A identidade é uma *construção estruturada*, na medida em que passa pela dimensão biológica, psicológica e sociológica dos indivíduos, e resulta também da margem de liberdade que esses indivíduos possuem na *relação com os outros*, nomeadamente na adesão aos modelo-padrão ou na recusa em os reproduzir. Isto é, a uma tensão na relação entre o ego e os outros: “ser igual a si mesmo e diferente dos demais ou ser igual aos outros e fazer como os demais” (Lalanda, 1990: 40)

Dando seguimento a mesma linha, a construção identitária tem como outro factor, o tempo. Aqui a autora observa que a identidade é um produto não acabado, uma vez que esta encontra-se sempre no processo de construção dinâmico por parte dos actores. Esta *temporalidade* marca a periodicidade dos estudos, por exemplo, das biografias da vida, das diferentes estratégias identitárias usadas ao longo do percurso, quer da influência dos contextos extremos, quer mesmo da iniciativa dos próprios actores (Lalanda, 1990: 40).

Reforçando a sua ideia, Lalanda busca a seguinte frase “O social fabrica-se em permanência na junção de maneiras de ser ou de fazer já estabelecidas e de maneiras de ser ou de fazer próprias a cada membro da sociedade ou do grupo” (Wagnon, *in* Lalanda, 1990: 41).

Entretanto, a autora levanta uma questão em relação a esta nova forma de estar ou modo de vida, onde se privilegia a maior aproximação entre as sociedades, se será possível termos todos o direito à construção de identidades, à sua preservação, ou ainda à “reconstrução” quer sejam individuais ou colectivas?

No nosso entender, as identidades nas sociedades actuais têm sofrido alterações devido a dinâmica social e pela imposição do novo modelo de vida que lhes são sujeitas. Estes intercâmbios fazem com que nasçam novas identidades e criam fragmentações nos indivíduos e este processo é resultado da globalização.

Na ideia do Veloso (2008), o conceito de identidade está directamente relacionado com a acção do indivíduo. Neste sentido a identidade define o que o indivíduo “é” e aquilo que ele “não”. Por outras palavras, segundo o autor, ser brasileiro implica negar todas as outras nacionalidades. Outro aspecto que o autor toma como sendo relevante, busca a reflexão feita por Woodward (2004) que considera a identidade ter só sentido quando houver uma relação com o “outro”, ou seja, ela é relacional. Para o autor, a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades.

Para reforçar a ideia desse sentimento de pertença, onde as pessoas se sentem ameaçadas, Maalouf (2002) toma como exemplos, os conflitos existentes em vários cantos do mundo e levanta seguinte questão: “Os turcos e os curdos são ambos muçulmanos, mas têm uma língua diferente; será o seu conflito menos sangrento? Os hutus, tal como os tutsis, são católicos e falam a mesma língua, tê-los-á isso impedido de se massacrarem? Os Checos e os Eslovacos são ambos católicos, terá isso favorecido a vida em comum?” (Maalouf, 2002:21).

Com estes exemplos, o autor pretende mostrar que se existir, em qualquer momento, entre elementos que constituem a identidade de alguém uma certa hierarquia, esta não é imutável, muda com o tempo e altera intimamente os comportamentos. Muitas das vezes esta questão de identidade que celebramos, reproduz pela negativa do adversário (Maalouf, 2002).

Portanto, o autor considera, por outro lado, que as várias pertenças assumidas pelo indivíduo podem ser partilhadas com milhares de pessoas do mundo, seja em que local estiver. Dando como exemplo a questão da língua, o que une e identifica os países da lusofonia é o português. Mas de facto, estas sociedades diferem em outros elementos que integram a lista do sentido de pertença. “A identidade não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se e transforma-se ao longo da nossa existência” (Maalouf, 2002:33).

Por seu turno, Berger e Luckman (1999) consideram identidade um elemento - chave evidente da realidade subjectiva e, tal como toda realidade subjectiva, encontra-se em relação dialéctica com a sociedade. Segundo os autores, esta é formada por vários processos sociais, sendo que, uma vez cristalizada, pode ser mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Portanto, “As estruturas sociais históricas específicas engendram tipos de identidades, que são reconhecíveis em casos individuais” (Berger & Luckman, 1999:179).

Por outro lado, quando as identidades têm como origem da interacção do organismo, da consciência individual e da estrutura social onde estão inseridas reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (Berger & Luckman, 1999).

Dando como ponto de partida podemos considerar que, as pessoas, os indivíduos diferem-se da sua localização, em termos territoriais, do que desempenham na sociedade onde estão inseridas. “ (...) os tipos de identidades podem ser observados na vida quotidiana ” (Berger & Luckman, 1999:188). É desta convivência quotidiana que torna a interacção do ser humano com a sociedade como ponto de concordância no seu dia-a-dia.

Na afirmação dos autores, o ser humano está predestinado, logo no seu processo de crescimento, a construir e viver um mundo com outros. “Este mundo torna-se para ele uma realidade dominante e definitiva” (Berger & Luckman, 1999).

Estes pressupostos sobre a identidade o Ser humano vê-se obrigado a relacionar-se com o mundo que lhe rodeia. O que faz com que a característica identitária seja vista a partir do comportamento humano, o modo de estar no local onde está inserido e os seus hábitos.

Para Bauman (2004), a questão da identidade pode ser vista de vários ângulos, também definida por outros autores, usa o termo comunidades, mas acrescenta “da segunda categoria” pelo facto de existir mais de uma ideia para exaltar e manter unificada essa comunidade criada por essas ideias e que está exposta na sociedade revestida por diversidades políticas e culturais.

Bauman (2004) faz uma analogia na tomada de consciência sobre o sentido de pertença e da identidade, como sendo questões que não podem ser vistas sólidas como a “rochas” para toda nossa vida, mas sim, passam pela negociação e revogação. Os agentes que garantem esses dois factores são: a decisão que o indivíduo toma, o caminho que percorre, e, por fim a determinação de manter firme. Isto significa para o autor: “ ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa” (Bauman, 2004: 17-18).

Para o sociólogo Bauman, os seres humanos, na busca da sua identidade, vêm por vezes, no seio da sua comunidade, obrigados a “alcançar o impossível”, visto que são submetidos a tarefas que não são realizados no “tempo real”, mas sim, com andar de percurso da sua vida. Partindo da fórmula de Siegfried Kracauer, Bauman (2004) distingue duas comunidades identitárias, onde os membros “vivem juntos numa ligação absoluta” e outras que considera ser “fundidas unicamente por ideias ou por umas variedades de princípios”.

A identidade pode ser considerada como sendo um conjunto de percepções construídas sobre quem somos nós em relação a nós mesmos, olhando para os outros e para os sistemas sociais que estamos inseridos.

No pensamento sociológico, “a identidade é sempre algo muito evasiva e escorregadia, quase um a *priori*, ou seja, uma realidade preexistente”. Enquanto que Émile Durkheim, (citado por Bauman, 2004) no seu livro intitulado, *A divisão social de trabalho*, propõe nos que “as identidades colectivas permanecem como pano do fundo”, mas que essa divisão contraditória “ela coloca em risco os vínculos sociais, mas ao mesmo tempo actua como factor de estabilização na transição para a criação de uma nova ordem social” (Bauman: 2004:21).

1.2. Identidade Nacional

A questão da identidade nacional, no âmbito do Estado-nação tornou-se importante ao longo do século XX, e que, nesta época pareceu ser, o Estado-nação um modelo nato para a vinculação da identidade. Estado-nação aponta uma correspondência entre a política, um território e um conjunto de valores que são sustentados por uma língua e de uma história comum, considerando que também as tradições, crenças, hábitos e práticas sociais estão presentes no processo de partilha dentro da comunidade.

Esta construção identitária vista dentro dos Estados-nação tem sido tema de debate na actualidade, em vários quadrantes da sociedade, uma vez que ainda continua o desmembramento de nações que outrora faziam parte dos países denominados União, ou formados por federações, e que clamam pela sua independência, como forma de se identificar e formar seu Estado-nação.

Para Hobsbawm (1990/1998), o “princípio de nacionalismo” data desde os anos de 1870, século XIX, com a tomada de consciência das comunidades europeias na formação de nação. O autor para argumentar a sua ideia busca cita a seguinte afirmação:

“Uma vez atingido um certo grau de desenvolvimento europeu, as comunidades linguísticas e culturais de indivíduos, tendo amadurecido silenciosamente ao longo dos séculos, emergem do mundo da existência passiva como povos (*passiver Volkheit*). Adquirem consciência de si próprias como uma força com destino histórico. Exigem o controlo do estado, como o mais poderoso instrumento de poder disponível, e lutam pela sua autodeterminação política. 1789, o ano da Revolução Francesa, marca o aniversário da ideia política da nação e o ano do nascimento desta nova consciência” (Renner *in* Hobsbawm, 1990/1998:97).

Segundo o autor, esta referência poderá ter sido uma declaração representativa do “princípio de nacionalidade” e que a mesma revolucionou a política internacional da Europa após 1830, que deu origem a formação de vários novos Estados, e que correspondia, na medida do possível, a metade do apelo de Mazzini “cada nação é um Estado” embora menos à outra metade “um só Estado para toda a nação” (1990-1998).

Para Hobsbawm (2004), Mazzini terá proposto cinco formas de representatividade no seu pensamento “acentuava a comunidade linguística e cultural, que era uma inovação do século XIX; acentuava o nacionalismo que aspirava a criar ou capturar Estados, em vez de

nações de Estados já existentes; o seu historicismo e sentido de missão histórica; reclamava a paternidade de 1789, e não apenas a sua ambiguidade e retórica terminológica” (Hobsbawm, 1990/1998: 97).

Dieckhoff (2001), aponta como momento de nacionalismo a década de 1990, onde os atlas enriqueceram com novos Estados que na maioria nunca tinham tido nenhuma existência política. “Do Uzbequistão à Eritreia, passando pela Moldávia e pela Eslovénia, foram cerca de vinte países que viram a luz do dia” (Dieckhoff (2001). Ao debruçar-se sobre a disseminação do nacionalismo no mundo, observa que o mesmo renasce constantemente sob novas formas, uma vez que o princípio da autodeterminação, que constitui o seu miolo, é por natureza permanente.

Já para Thiesse (2000), a ideia de nação nasceu do combate entre o poder monárquico e a divisão social em ordens com direitos desiguais. Segundo a sustentação da autora, a democracia na perspectiva liberal foi a base para triunfar. “O sufrágio universal masculino e o estabelecimento duma constituição seguiam de perto a criação dum Estado-nação. Podendo a sua aplicação variar consoante a evolução dos conflitos internos” (Thiesse, 2000:227)

Hobsbawm (1990-1998), acrescenta que o nacionalismo no período que demarca de 1880-1914 que considera nacionalismo mazziniano distinguia-se em três grandes aspectos, a começar com o abandono de *principio limiar*, onde começa a fase principal do nacionalismo liberal. Este período é caracterizado pelo facto de um grupo de indivíduos que se considerasse uma *nação*, podia exigir direito à auto-determinação, no qual, “significava o direito a um Estado independente, soberano e se parado do seu território”. (Renner, *in* Hobsbawm, 1990/1998:98).

Em segundo, como consequência da multiplicação de nações *não históricas* potenciais, a etnicidade e a língua tornaram-se critérios centrais ou mesmo, mais decisivos na potencial qualidade de nação. (Renne *in* Hobsbawm). Por último, os sentimentos nacionais existentes no interior dos Estados-nação já estabelecidos: Aqui nota-se um desvio forte que vai favorecer o direito político da nação e da bandeira, para o qual o termo nacionalidade fora de facto inventado nas últimas décadas do século XIX. Hobsbawm (1990/1998).

Por seu turno, Gellner (1983/1993), afirma que o nacionalismo é um princípio político que defende a unidade nacional e que esta junto com unidade política devem corresponder uma à outra.

Na acepção de Anderson (2005), a nação não passa de uma comunidade política imaginada e que é arquitectada ao mesmo tempo como intimamente limitada e soberana. O autor fundamenta a sua afirmação dizendo: “É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (Anderson, 2005: 25).

Segundo Bauman (2004), a ideia de “identidade nacional”, ela não foi construída de uma forma natural, mas sim, é gerada e premeditada na prática humana, não despontando como um facto da vida, por si só patente. Com o desenvolvimento das sociedades, o autor entende que: “A ideia da identidade nasceu da crise de pertença e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve` e o ‘é` e erguer a realidade à semelhança da ideia” (Bauman, 2004:26). A identidade só poderia entrar na *lebenwelt* como uma tarefa incompleta, ou mesmo, não realizada, um estímulo, um dever que impele a acção:

“Estado e nação precisavam de um do outro. No seu casamento, alguém poderia, dizer, foi oficializado no céu...O Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade. Por outro lado, a nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar e seleccionar, o agregado de tradições, dialectos, leis consuetudinárias e modo de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também uma condição necessária para haver uma nação proclamando - em voz alta, confiante e de modo eficaz – um destino compartilhado. (Bauman, 2004:27)

Como fez referência Bauman, sobre a relação na formação de uma nação nacional e estado, Smith (1999), na sua teorização acerca do Estado nacional aponta vários aspectos que são factores fundamentais para a efectivação da formação duma ou doutra, olhando para a questão do nacionalismo. Para o autor, o ideal de soberania do povo pressupõe sempre uma visão clara da natureza e das fronteiras do “povo” que os cidadãos do Estado nacional constituem.

Smith (1999) acrescenta que é através da pertença a um “povo” que os indivíduos são possuidores de direitos e de deveres de cidadania. “Só os membros de um povo podem ser cidadãos e receber os benefícios da modernidade que só a cidadania de um Estado nacional pode conferir” (Smith, 1999: 82).

Smith (1999), considera que ainda, somente aqueles que partilham a cultura política do povo, que aderem à “religião civil” do Estado nacional, estão em posição de partilhar esses direitos e esses deveres que constituem a cidadania. Neste ponto de vista, o autor parte no princípio de que estes direitos e deveres que conferem a cidadania são universais, desta forma, pressupõe uma base uniforme que se aplica a todo mundo e “são também, na prática, acessíveis apenas aos indivíduos que são ou se tornaram membros de um povo”. (Smith, 1999: 83).

Como exemplo a questão dos judeus emancipados pela Revolução Francesa, tiveram de se despojar da sua particularidade etno-religiosa de modo a tornarem-se indivíduos “universais, “como quaisquer” e a receberem os benefícios da modernidade tornando-se cidadãos. Desta forma, trocaram a antiga particularidade, para assumir a nova, passando assim a ser considerados cidadãos nacionais franceses (Smith, 1999).

Segundo Smith (1999), por outras palavras, as nações modernas são simultânea e necessariamente cívicas e étnicas. Em relação ao Estado nacional, o indivíduo é um cidadão com direitos e deveres, e auferir dos benefícios da modernidade através da mediação de uma burocracia impessoal e imparcial.

“A identidade nacional é, portanto, um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania. Ela é resultado das instituições culturais da nação que somadas a símbolos e representações, produzem significados estruturantes para os indivíduos”¹.

Partindo dos pressupostos acima descritos, podemos considerar que a identidade nacional tem como objectivo criar a homogeneidade cultural dentro das nações e esta é feita através dos discursos de unidade; de um povo unificado em torno de ideais comuns.

Outro aspecto apontado por Anderson (2005) é que as novas nações que emergiram após a 2ª Guerra Mundial tiveram uma característica especial na sua formação, que o autor considerou importante neste processo e faz a seguinte genealogia com o dos saídos da dinastia: “é lembrarmos que um grande número dessas nações (sobretudo não europeias) adoptaram línguas oficiais europeias [...], foram buscar ao nacionalismo linguístico europeu o seu ardente

¹ <http://www.webartigos.com>

populismo e ao nacionalismo oficial a propensão política para a russificação” (Anderson, 2005: 157).

Para Moçambique, a questão da construção da identidade nacional até a formação de Estado-nação partiu do movimento nacionalista que tinha como base de luta a ocupação colonial que durava cerca de 500 anos.

1.3. Identidade Moçambicana

É pertinente recorrer ao passado histórico para melhor compreender o presente no que diz respeito a construção de uma sociedade ou um Estado-nação. A historiografia é a forma mais usada, uma vez que ela apresenta a cronologia dos acontecimentos e Moçambique, como Estado-nação passou por esse processo.

Segundo Anderson (2005), o despertar de consciência do nacionalismo tem a ver com a ideia desenhada pelo próprio Estado colonial, que tinha como objectivo formar jovens nativos, como bilingues e estes teriam a missão de servirem como elo no processo de comunicação junto à maioria da população monolíngue, e por sua vez, facilitaria a dominação dos povos colonizados. Mas esta estratégia não surtiu efeito desejado. “Deste padrão surgiu, gradualmente, a transformação subtil e semi-dissimulada do Estado colonial em Estado nacional...” (Anderson, 2005:159)

O autor aponta como ponto de partida para a construção da nova nação o pensamento de sentido de pertença, onde o “nós” marca o simbolismo do nacionalismo. Portanto, a teoria da legitimidade política é que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um Estado não separem os detentores do poder do resto da população.

A criação da identidade moçambicana teve praticamente o mesmo caminho seguido pela maioria dos países africanos, após a 2ª Guerra mundial, que reivindicaram a sua autodeterminação no que diz respeito à liberdade e independência como Estado-nação. Este despertar de consciência é visto como sendo um sinal de sentimento de pertença que guiou um povo que tinha como único objectivo comum a luta contra a ocupação colonial.

“Como todo o nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte da unidade nacional é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial” (Mondlane, 1969/1995: 87).

Cabaço (2010), descreve a génese do nacionalismo e sentimento de pertença dos moçambicanos que, foi a partir dos grupos de emigrados para a República Unida da Tanzânia, a então Rodésia do Sul e Niassalândia e que estes associados tinham se refugiados por várias razões e identificavam-se em grupos de interesses distintos: étnico-linguístico, “os makondes e Makuas” e por outro lado cultural, onde prevalecia a ideia de promover um ambiente de laços fraternais e amigáveis entre os grupos. Mais tarde, com apoio do Presidente Julius Nyerere², estes viriam a constituir um movimento político nacionalista.

“Foram essas associações, nas quais se juntavam, nos países vizinhos trabalhadores das plantações, mineiros, artesãos modestos servidores, pequenos comerciantes e refugiados da miséria e dos maus tratos estimulados pelo fervor de ideias africanistas no contexto dos países anfitriões, que estabeleceram contactos dentro de Moçambique, muitas vezes com as linhagens tradicionais mais prestigiadas, animando, nas áreas rurais, os sentimentos de contestação activa do poder colonial no pós-guerra” (Cabaço, 2010: 265)

O autor usa o termo “protonacionalista” citando Andrade, como a única forma encontrada para a consciencialização nacional dos moçambicanos na estruturada “nação” que pudesse representar a identidade do futuro de Moçambique.

Para Mondlane (1969/1995), a tomada de consciência patriótica dos moçambicanos data desde a entrada do sistema colonial no território, onde em pequenos grupos foram mostrando resistência à ocupação, mas o seu ponto mais alto contou muito com a contribuição dos intelectuais moçambicanos que inspirou a unidade nacional. “Foi na escola que começaram a desenvolver as suas ideias políticas e foi na escola que começaram a organizar-se. O próprio sistema de educação português constituía para eles um forte motivo de descontentamento” (Mondlane, 1969/1995: 95).

² Julius Nyerere, foi primeiro Presidente da República Unida da Tanzânia.

Portanto, a identidade moçambicana ganhou força e impacto nos intelectuais moçambicanos, desta forma, várias, foram as manifestações exaltadas para despertar a consciência de união e com único objectivo: luta contra um inimigo comum, administração colonial portuguesa para a busca da independência do país. O autor dá como exemplo do sentimento de pertença “As pinturas de Malangatana e José Craveirinha foram buscar a sua inspiração às figuras da escultura tradicional e da mitologia africana, incorporando-as em obras explosivas com temas ligados á libertação e denúncia da violência colonial.

Esta ideia é corroborada pelo Cabaço (2010) que considera que a ideia “protonacionalista” estendeu-se para as zonas urbanas, porque assim foi a política portuguesa de assimilação de criar escolarizados, formando uma pequena elite “letrada” entre negros e mestiços, mas que esta, assumira as primeiras posições críticas à administração colonial e de defesa dos interesses nativos, nas primeiras décadas do século XX.

Mondlane (1969/1995), sublinha que se foi a elite intelectual que mais desenvolveu o pensamento e a organização política no período após a Segunda Guerra Mundial, aponta como sendo no proletariado urbano que surgiram as primeiras experiências de resistência activa e organizada. Para o caso de Moçambique, a concentração de mão-de-obra dentro da e ao redor das cidades, e as condições de trabalho e pobreza, constituíram o incentivo fundamental para a revolta, uma vez que não eram permitidos a constituição de sindicatos.

Firmino (2005) observa que estudos recentes sobre as realidades do Estado pós-colonial na África subsahariana têm indicado como desenvolvimento das Nações-Estado tem sido minado por diversos factores, alguns dos quais estão relacionados com contingências históricas derivadas da situação colonial ou pós colonial. “A força da argumentação baseia-se no facto de que os Estados africanos não foram capazes de ultrapassar os constrangimentos impostos pelo pluralismo cultural, pela escassez de recursos e dependência em relação a potências externas” Hughes in Firmino, 2005: 28).

O sociólogo Macamo³ considera a identidade moçambicana como sendo difícil de caracterizar. Aponta como razões, a questão política, a histórica e, por outro lado, o facto de esta

³ Elísio Macamo, sociólogo moçambicano, Professor da Universidade de Basileia, Suíça. Entrevistado no Porto no dia 15.04.2011

identidade estar, ainda, em construção, tem vindo a suscitar vários pontos de vista no meio político moçambicano.

“ Nós tivemos um período da nossa história durante o qual, partindo no princípio que havia uma identidade moçambicana e essa identidade reflectia um projecto político dominante que era o projecto do partido único da Frelimo, mas projecto político insustentável que mais tarde, com a guerra civil, com a democratização do país confirmou-se essa insustentabilidade do projecto da Frelimo” (Macamo, 2011/ 15/04).

Segundo o entrevistado, esta questão tem levantado problemas em relação a definição da identidade moçambicana, uma vez ter se constatado que o projecto político do partido no poder era insustentável, pressupõe que a noção da identidade moçambicana que a Frelimo tinha também era problemática. No entender do nosso interlocutor, chegou o momento de identificar nos debates actuais que ocorrem no país o que é ser “moçambicano”.

Parte II: Moçambique em Foco

2.1 Breve Caracterização da História de Moçambique

A História de Moçambique é complexa como a de outros países africanos que alcançaram a sua independência através da via armada contra a ocupação colonial. A evolução histórica de Moçambique pode ser dividida em três partes que correspondem as seguintes fases: O período pré-colonial, período colonial e período após a independência.

Este processo da evolução histórica de Moçambique que apresentamos neste trabalho, fazemo-lo cientes de que já foram elaborados vários trabalhos sobre o tema, razão pela qual, não vamos entrar em detalhes.

Anteriormente à penetração colonial portuguesa, segundo dados do Portal do Governo moçambicano⁴, indicam que o marco da história do país começa com os primitivos povos de Moçambique, os bosquímanos caçadores e recolectores; e que estes, com as grandes migrações acontecidos entre 200/300 Depois do Cristo, dos povos *Bantu*, de hábitos guerreiros e vindos dos grandes Lagos, que já conheciam a agricultura e o ferro, forçaram aos povos primitivos que viviam neste local, a uma fuga para as regiões mais pobres em recursos⁵.

Antes da concretização da expedição portuguesa e outros europeus, no princípio do século VII, em Moçambique já tinham sido estabelecidos entrepostos comerciais pelos *Swahil-árabes* na costa, para a troca de produtos do interior, como é o caso de ouro e marfim por artigos de várias origens. E foi depois desta passagem que veio o interesse das grandes potências europeias, ingleses e portugueses, que Moçambique passou a ser centro das atenções.

Segundo Mondlane (1969/1995), os portugueses teriam afirmado ter o direito de controlar os territórios africanos conhecidos como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Na óptica do autor, estes territórios foram os que restaram para o então império português que construíra nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Portanto, os contactos entre Portugal e as partes do território que depois ficou conhecido por Moçambique começaram no final do século XV.

Segundo Cabaço (2010), foi por volta dos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, que os habitantes da costa sul de Moçambique, zona situada entre as actuais cidades de

⁴ Portal do Governo de Moçambique
www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico

Inharrime e Inhambane, viram a chegar as primeiras embarcações, de maior dimensão, diferentes das que já tinham visto. “Delas desceram outros barcos pequenos transportando gente pálida e vestida de modo insólito” (Cabaço, 2010: 29).

Para o autor, este acontecimento testemunhava um marco histórico para os habitantes daquela região porque na sua óptica, não eram agressivos, razão pela qual foram recebidos sem muita animosidade. Assim foram “os primeiros contactos da África Oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do Oriente” (Cabaço, 2010 29). Desta forma, marca o início da expansão comercial dos países europeus para oriente e em seguida para ocidente.

Esta expansão comercial, por parte dos navegadores europeus nas águas do oceano Índico, que até então era dominado por navegadores e mercantes *swahili-árabes* e indianos serviu para o novo interlocutor se intrometer na disputa por rotas marítimas de acesso a oriente (Cabaço, 2010).

Para Mondlane (1969/1995), o interesse dos reis em patrocinarem as expedições tinha a ver com abertura de um caminho mais seguro para Índia do que a então perigosa rota terrestre através do Próximo Oriente. Segundo o autor, os portugueses durante muitos anos estabeleceram postos de abastecimento que estavam ao longo da costa oriental da África, deixando intacto o interior.

Na opinião de Magaia (2010), com a chegada de Vasco da Gama à Índia a 20 de Maio de 1498, foram criadas as bases para a progressiva ocupação da costa de Moçambique. Portanto, já existiam pontos que interessavam aos navegadores, caso de Ilha de Moçambique. Este ponto serviria para a reparação dos navios, na ida e regresso da Índia. Segundo o autor, a fixação progressiva e penetração para o interior dos portugueses em Moçambique deu-se só em 1505, com a construção da fortaleza de Sofala. Baptista, citado por Magaia (2010), aponta as seguintes razões para fixação dos portugueses no território moçambicano:

“Teria sido, em princípio, o ouro o que mais estimulou a presença lusitana em Moçambique. Começa assim uma longa luta de interesses, guerras e alienações, que vai opor os mercadores portugueses à então dominante influência árabe-swahili. Na rota das índias, a costa moçambicana era um ponto de abastecimento para as naus portuguesas, que carregavam primeiro ouro e depois marfim, trocado por especiarias na Índia” (Baptista *in* Magaia, 2010: 106)

Estas expedições dos portugueses na procura de ouro e marfim no interior, numa primeira fase, eram feitas individualmente ou em grupos e fixavam-se usando armas porque em algumas zonas encontraram resistência; ou, faziam alianças com os nativos.

Mas este cenário, veio alterar-se, uma vez que a descoberta do comércio de minerais ganhou outro impacto, e cobiça das terras virgens, por parte de outros países que também vinham realizando expedições, obrigou aos portugueses a tomarem outra atitude.

Cabaço (2010) considera que os raros casos de grandes expedições bélicas para o interior, nesse período, foram de iniciativa governamental, que normalmente iam a busca de ouro ou prata, e dessas vezes resultavam em desastres militares pela capacidade de resposta dos poderes locais e pela dificuldade, por parte dos invasores, de se adaptarem às condições naturais em que operavam. “No que é hoje território de Moçambique, a primeira grande expedição dessa natureza, envolvendo 650 soldados portugueses e comandada por Francisco Barreto, antigo governador da Índia, foi dizimada por doenças tropicais que vitimaram o próprio comandante” (Cabaço, 2010: 30-31).

O interesse pela ocupação dos territórios do continente negro deu-se praticamente na segunda metade do século XIX, aquando da corrida para África por parte das grandes potências europeias. A decisão da partilha de África ficou efectivada na realização da Conferência de Berlim, de 1884-85, onde Portugal sentiu-se obrigado a ocupar e controlar os territórios que lhe foram atribuídos (Mondlane, 1969/1995).

Segundo autor, Portugal usou todas as técnicas conhecidas na história da conquista colonial. Recorrendo à infiltração de comerciantes portugueses, disfarçados de homens de negócios interessados na troca de mercadorias entre parceiros, que mais tarde, depois de espiarem toda a região, eram enviados militares para eliminar qualquer resistência por parte dos chefes locais; usaram colonos que procuravam terra para cultivo; os missionários como “massificadores” dos nativos e que tinham a missão de espalhar a fé cristã.

Corroborando com a ideia expressa por Mondlane, Cabaço (2010) aponta a Revolução Industrial, no século XIX, que abriu portas para o capitalismo, a grande razão da oficialização, no que diz respeito a ocupação dos territórios colonizados, por parte das grandes potências.

Segundo autor, a Conferência de Berlim (que decorreu de 15 de Novembro de 1884 a 25 de Fevereiro de 1885) “como é sabido, oficializou os direitos de ocupação efectiva dos territórios africanos, então sob influência desarticulada e competitiva das metrópoles industriais, prevenindo situações de atrito entre europeus, definindo regras para partilha de África e concordando as áreas de exploração colonial” (Cabaço, 2010: 33).

Foi desta conferência, que então as colónias passaram a ter um reconhecimento internacional, não apenas como locais de comércio, mas sim, também passou a ser exercida a autoridade administrativa composta por polícia e forças armadas. Portanto, a ocupação efectiva de Moçambique por parte do colonizador português deu-se nos finais da 1ª Guerra Mundial (Bento, 2011).

Segundo Carlos L. Bento, antropólogo e antigo administrador colonial, a política emanada desta conferência de Berlim, exigia das nações colonizadoras novas estratégias no que diz respeito à ocupação territorial, à exploração económica e ao domínio político. Desta forma exigia-se uma mão-de-obra necessária para a produção da matéria-prima e novas organizações político-administrativo. Cabia também ao homem branco a missão de civilizar “selvagem”: “torná-lo num bom indígena selvagem” com uma vida calma e sem perturbações, tirando-o de analfabetismo, de preguiçoso, de ignorante e da cultura atrasada.

Para Mondlane (1969/1995), as principais características do colonialismo português ficaram definidas entre os anos de 1890 à 1910, onde tinham como propósito instalar uma rede administrativa centralizada e autoritária. Esta rede tinha como pedra angular o Governador-Geral, que inicialmente tinha o comando na cidade-capital do norte de Moçambique e que mais tarde passou para Lourenço Marques.

No prosseguimento da sua ocupação tiveram a necessidade de contar com a aliança da Igreja Católica; utilizaram companhias, principalmente as estrangeiras, para explorar os recursos naturais; o sistema de concessões; o trabalho forçado, e a exportação de grande número de trabalhadores para as minas de África do sul (Mondlane, 1969/1995).

Segundo Cabaço (2010), o poder colonial assumiu-se, na tradição filosófica do século XVIII, como um poder exercido através de sistemas jurídicos que conferiam ao Estado o monopólio da violência repressiva legalizada. Portanto, o poder se manifestava de forma diferente em função das realidades separadas que administrava. Para argumentar a sua

afirmação o autor aponta dois poderes distintos na forma como era a administração implantada pelo colonizador em Moçambique: “o que governava uma cidadania racialmente definida, balizado pelo império da Lei e dos direitos (para colonos), e o que governava os colonizados, caracterizado por um poder coercitivo e jurídico, conduzido de forma administrativa” (Cabaço, 2010:43).

Nesta estrutura dualista de poder conferia a cada colono sentir investido da autoridade que lhe concedia a “superioridade” em relação ao colonizado e que com esta propalada e assumida posição, ele sentia-se representante do Estado no exercício molecular da dominação colonialista (Cabaço, 2010).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as Organizações internacionais começaram a ter mais influência, no que diz respeito ao conceito de autodeterminação. Este conceito, gradualmente ganhou espaço e começou a ser aceite pelas potências coloniais e é desta forma que nascem movimentos de libertação em várias partes do mundo. Neste cenário, “ Portugal permaneceu incólume a estas tendências até que as reivindicações do governo indiano sobre Goa chamaram a atenção para a situação dos seus territórios coloniais, e Portugal começou a sentir necessidade de defender a sua posição de colonizador” (Mondlane, 1969/1995: 43).

Esta ocupação colonial portuguesa durou cinco séculos em Moçambique. E com o fim da Segunda Guerra Mundial, começou a despertar a consciência de movimentos nacionalistas. Esta consciência, levou com que houvesse mudanças substanciais em todo o mundo.

Com a tomada de consciência por parte dos moçambicanos, nos finais da década 50, os três movimentos unificaram-se formando assim a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que, através da luta armada que durou 10 anos, foi possível alcançar a independência nacional.

2.2. A Luta de Libertação de Moçambique

Com o fim da Segunda Guerra mundial, nasceram duas grandes potências que dividiram o mundo em dois blocos, capitalista e socialista. Estados Unidos da América saíram líderes do mundo capitalista e afirmaram-se como porta-voz de liberdade e democracia.

Enquanto os comunistas liderados pela União Soviética proclamavam o direito dos povos à independência.

Na óptica de Cabaço (2010), a derrota dos regimes racistas do Eixo e o impulso das duas potências mundiais triunfantes deram visibilidade internacional aos movimentos dos povos colonizados e permitiram a propagação e consolidação de uma consciência anticolonialista. “Portugal via crescer a pressão internacional contra a ordem colonial e, paralelamente, o suceder-se das independências africanas: Ghana e Guiné-Conakri nos finais da década de 1950 e outros dezassete países só no ano de 1960, entre os quais o Senegal e o Congo (ex-Congo Belga)” (Cabaço, 2010: 147).

Segundo Mondlane (1969/1995), a primeira acção, em 1951 foi transformar as colónias em províncias ultramarinas, tornando-os assim, parte integrante de Portugal, tentando fugir às resoluções das Nações Unidas relativas aos territórios não auto-governados. Neste período, Angola e Moçambique deram sinais para a solução da sua identidade como nacionais de um território.

“A questão de cidadania foi resolvida em 1961, quando a 6 de Setembro, o Estatuto dos Indígenas foi abolido, e todos habitantes de nativos de Moçambique, Angola e Guiné foram declarados cidadãos portugueses de pleno direito” (...). As reformas feitas pelo regime de Salazar não tinham significado porque, segundo o autor, tinham sido emitidos dois tipos diferentes de cartão de identidade: “um para os cidadãos que haviam sido anteriormente indígenas e outro para aqueles que já eram considerados cidadãos antes de 1961” (Mondlane, 1969/1995:43).

Magaia (2010) e Mondlane (1969/1995) corroboram com a ideia de que o regime de Salazar foi confrontado com várias reivindicações por parte de nacionais em territórios. Para além da questão de Identidade, foram levantadas questões raciais, diferenças salariais entre trabalhadores nacionais e brancos, o acesso a educação, caderneta do indígena, o *chibalo*, o imposto de palhota, a discriminação social, contra as levas para o serviço militar, contra exploração nas *machambas*; entre outras. Mas estas reivindicações dos moçambicanos, nunca foram pensadas que as mesmas pudessem estar a passar também noutras zonas. “Não estava escrito na sua mente o mapa de Moçambique e era inexistente a consciência de nacionalidade moçambicana” (Magaia, 2010:39).

A consciência dos movimentos africanos cresceu com a inscrição do artigo 73º, onde vem expressa, na Carta Orgânica das Nações Unidas, o direito à autodeterminação dos territórios administrados pelas metrópoles imperiais. Esta resistência dos povos ao colonialismo nunca tenha cessado, na óptica do Cabaço (2010), foi sempre ofuscada pela, ainda, carência de unidade, de organização e de objectivos estratégicos; razão pela qual inibia a adesão activa das populações.

Para Magaia (2010), a consciência reivindicativa ganhou espaço com o passar do tempo, uma vez que as condições políticas e sociais se agudizavam e a circulação da informação se tornava mais horizontal. Foram estes dois factores que deram maior motivação aos grupos separados que já vinham lutando, a criarem uma única frente para lutar contra a ocupação e o domínio colonial.

No entende de Mondlane (1969/1995), a luta por um território livre da ocupação colonial em Moçambique teve a sua génese de uma minoria de moçambicanos residentes na zona urbana; intelectuais, assalariados e essencialmente destribalizados, na sua maioria africanos e mulatos. Segundo o autor, isto deveu-se às condições que eram desfavoráveis ao alastramento das ideias nacionalistas por todo o território, devido à proibição de qualquer associação política, à necessidade de sigilo que isto impunha, à erosão da sociedade tradicional e ausência de uma educação mais moderna nas áreas rurais.

Por outro lado, o regresso dos militares africanos às suas origens, que estavam a lutar na 2ª Guerra Mundial, pelos exércitos das grandes potências, trouxeram consigo, na bagagem, a revolta de tratamento discriminatório que foram sujeitos, e esta ajudou a legitimar a luta pela liberdade dos seus territórios Cabaço (2010).

Para Mondlane (1969/1995), a ausência de um ambiente tribal nas cidades contribuiu em grande medida para uma visão nacional por parte dos moçambicanos. “ (...). Estes grupos criaram sociedades e iniciaram a publicação de jornais através dos quais conduziam campanhas contra a os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais, até que, pouco a pouco, começaram a denunciar todo o sistema colonial” (Mondlane, 1969/1995: 90).

Por várias razões, nas décadas 50 à 60, moçambicanos de vários estratos sociais (intelectuais, trabalhadores, políticos) tinham sido obrigados a refugiarem-se para os países vizinhos, onde, na sua convivência foram criando associações e movimentos, como moçambicanos, mas sem ideias nacionalistas. A questão da formação de um movimento

nacional teve entraves pelo facto de não existir comunicação entre os mesmos. Assim nasceram os primeiros três movimentos no exterior:

“UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), formado em 1960, em Salisbury (actual capital Zimbabweana); MANU (Mozambique African National Union) formado em 1961, a partir de vários grupos já existentes entre os moçambicanos trabalhando no Tanganhica e Quênia, sendo um dos maiores o Mozambique Makonde Union e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), fundada por exilados da região de Tete que viviam no Malawi.” (Mondlane, 1969/1995: 99).

Para o autor, as linhas gerais de acção política foram traçadas, depois da união dos três movimentos, em Setembro de 1962, onde nasce a Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO. A identidade política ultrapassou as diferenças dos moçambicanos, uma vez que tinham identificado o seu inimigo comum, o regime colonial português.

“Embora decididos a fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para tentar a independência por meios pacíficos, estávamos já convencidos nesta altura de que a guerra seria necessária” (Mondlane, 1969/1995: 102).

Segundo Cabaço (2010), na visão da Frente de Libertação de Moçambique, os princípios da convergência e do contraste estavam subjacentes à *construção* de uma *identidade nacional* que passava pela elaboração de uma síntese, na qual a tradição seria reinterpretada pela incorporação crescente de elementos da modernidade.

Foi desta forma que em 1964 iniciou a luta armada em Moçambique que culminou com o cessar-fogo, aquando da Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal. Deste modo, foi criado um governo de transição onde era constituído por moçambicanos e portugueses e teve o seu fim com a declaração da independência nacional, proclamada pelo 1º Presidente moçambicano, Samora Moisés Machel, no dia 25 de Junho de 1975.

2. 3. Moçambique Pós - Independente até Dias Actuais

Moçambique é um país independente há 36 anos e hoje conta com uma população de 22.416.881 habitantes (INE, 2010). Durante estes anos a política do governo da Frelimo, em Moçambique conheceu três períodos da sua evolução política, estrutural e sócio - económica.

O primeiro período começa em 1975 com a proclamação da independência e formação de um Estado-nação, onde a Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo é o único

partido e detém o poder do Estado. É caracterizado por uma mudança profunda no funcionamento do Estado, que tinha como base a centralização do poder, uma vez que a orientação política escolhida era o socialismo.

Este período visava no projecto da Frelimo, a formação de nova identidade nacional e isso, segundo Cabaço (2010) passava por processo de criação de uma nova realidade social. “A proposta identitária da Frelimo se consubstanciava no projecto da “*criação do homem novo*”. O modelo projectado repudiava o colonial, preconizando a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos etno-linguísticos numa realidade moderna” (Cabaço, 2010: 284).

Para Francisco (2007), depois da independência o governo da Frelimo, tomou como uma das primeiras medidas nacionalista, a 24 de Julho: nacionalização da habitação, saúde, educação, da terra e outros serviços essenciais, tornando os assim, de acesso gratuito para o povo.

Uma vez que se tratava de indivíduos vindos da guerrilha, a governação da Frelimo teve que adoptar e acautelar a inserção dos militares no seio da sociedade. Cabaço (2010) aponta três eixos principais que orientavam a direcção estratégica revolucionária da Frelimo: interiorizar em cada guerrilheiro e militante uma nova *práxis* (o trabalho manual, a disciplina militar), o empenho subjectivo através da “libertação da iniciativa”; proporcionar uma educação formal como forma de se apropriar da técnica através do conhecimento científico e evitar que as estruturas e pensamento tradicional se reorganizassem no interior da Frelimo.

Durante o período de transição e implementação de um sistema socialista (Santos & Silva, 2004), o Estado moçambicano tentou reorientar as políticas sociais públicas de modo a diminuir as desigualdades criadas pelo sistema colonial e abrir a possibilidade de acesso a oportunidades a todos os cidadãos, como o alargamento dos seus direitos sociais.

Francisco (2007) acrescenta que aquando da realização do III Congresso da Frelimo, este converte-se num partido Marxista Leninista, filiando-se, deste modo, ao movimento dos países não alinhados. Juntamente com os países da África Austral criou o movimento dos Países da Linha da Frente, que tinham como objectivo apoiar os países da região que ainda lutavam pela independência, que era o caso do Zimbabwé, África do Sul e Namíbia.

“A crescente influência do pensamento socialista na Frelimo foi ainda alimentada pela conjuntura internacional da Guerra Fria. Embora os países

ocidentais não apoiassem formalmente o sistema colonial, mantinham uma posição em relação à especificidade luso-tropical, útil à sua confrontação com o bloco de Leste” (Cabaço, 2010: 292).

A escolha da política socialista por parte do Governo da Frelimo após a independência levou com que o país tivesse uma convivência complicada com os países vizinhos, que tinham apoio do ocidente, o caso do regime do Apartheid da África do Sul a Rodésia de Ian Smith, actual Zimbabué. Com apoio destes regimes (Francisco, 2007), foi criado o movimento armado denominado Movimento Nacional de Resistência (MNR), que depois passou a chamar-se Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Este movimento era constituído na sua maioria por dissidentes que se opunham ao regime implantado pela Frelimo. “(...) contava com apoio directo da aviação do exercito da Rodésia, país que albergava os homens do movimento rebelde moçambicano até a sua independência, em 1980, altura em que o movimento se mudou para África do Sul” (Francisco, 2007: 49).

Nos anos 80, Moçambique conheceu a maior crise económica dos tempos, devido a fraca capacidade de gestão por parte do Estado (Sousa e Silva, 2004), aliada a erros de estratégia na agricultura, indústria e comércio, levaram não só ao endividamento do Estado como também a uma crise de produção alimentar.

“A própria conjuntura internacional em nada ajudou, pois Moçambique, fiel aos seus ideais políticos, apoiou de forma solidária as lutas pela autodeterminação do Zimbabué (ex - Rodésia do Sul) e da própria África do Sul, tendo em resultado sofrido bastante em termos económicos e sociais, devido às campanhas de desestabilização de que o país foi alvo. Em 1983, o IV Congresso da FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique (partido no poder) – acabou por reconhecer o fracasso da estratégia económica então em vigor, abrindo assim caminho para uma mudança” (Sousa e Silva, 2004: 21)

Com o evoluir dos conflitos internos, o país ficou fragilizado em termos económicos, políticos, social e cultural e que sentiu-se obrigado a mudar de estratégia política. “É assim que em 1984 se dão os primeiros passos para adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods” (Sousa e Silva, 2004: 21).

Esta guerra civil durou 16 anos, mas os primeiros contactos para negociações entre as duas partes começaram em 1984, com o falecido Presidente Samora Machel. Com a sua morte, em 1986, o cargo foi assumido pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano.

Em 1989, o país conhece uma nova etapa política, onde a Frelimo, no seu V Congresso, decidiu abandonar o sistema Marxista-Leninista. No ano seguinte, 1990, no mês de Novembro, o parlamento, ainda mono partidário, aprovou nova Constituição da República, que introduzia profundas alterações no projecto anterior, sendo as principais a introdução do multipartidarismo e a economia de mercado no país (Francisco, 2007).

Desta forma se consumava o projecto liberal, numa altura que a própria União Soviética (modelo socialista) não estava consolidado. Foi com esta abertura democrática que o país, ainda em guerra, acelerou as negociações entre o governo da Frelimo e a Renamo que culminou com assinatura de Acordo de Paz, a 4 de Outubro de 1992 em Roma.

Com o fim da guerra Moçambique, as marcas de destruição eram visíveis em todos aspectos: Social, económico e político. O processo de reconstrução ainda continua a ser um dos grandes problemas que o país vive, principalmente nas zonas rurais. Hoje Moçambique faz parte dos países mais pobres do mundo.

As desigualdades sociais que datam deste o tempo colonial, pelo facto de a estratégia desenhada pelo regime colonial, desenvolvido o Sul de país em detrimento do centro e norte ainda fazem se sentir. Muitas das vezes esta questão de desigualdade tem sido gerado problemas étnico e conseqüentemente pode criar conflitos regionais.

Firmino (2005), aponta uma linha de pensamento que faculta preferências ao estabelecimento de um enquadramento político participativo para dissipar os conflitos étnicos. Este pensamento pode ser concretizado através da institucionalização de práticas políticas que sirvam a diversidade de interesses e que reforcem a ideia da partilha do poder. “Este raciocínio poderia apoiar formas de democracia consociada que procura promover uma parceria entre diferentes grupos sociais” (Firmino, 2005: 29).

Esta questão de desigualdades que ainda prevalece na sociedade moçambicana tem sido um dos temas de debate na actualidade no país e tem tido repercussões no que diz respeito a identidade moçambicana.

Para Macamo (2011), nosso entrevistado, este assunto das desigualdades regionais tem sido usado para o aproveitamento político, como forma de demonstração para a sociedade, que nada é feito pelo governo para minimizar este problema que dura há anos.

“ (...) a discussão tem sua base nos desequilíbrios regionais e torna extremamente difícil falar da identidade moçambicana, porque os que estão no norte, no centro e no sul têm posicionamento estrutural na sociedade que é diferente e que suscita inquietações; sobretudo a parte norte e do sul, não é? Tem se aquela ideia de que Moçambique é dominado por sul, não é? E de certeza que alguns moçambicanos do sul acreditam que é de facto a situação” (Macamo, 2011: 15.04).

Magaia (2010) defende que as desigualdades regionais são factos que não podem ser negados porque acontece em qualquer país do mundo e Moçambique não pode ser excepção; mas sim, trata-se de um processo natural. O autor responsabiliza a questão das assimetrias ao desenho feito administrativamente e politicamente, de norte para o sul, pela ocupação colonial. “Desde a elevação de Lourenço Marques (Maputo) a capital da colónia de Moçambique em 1898 o desenvolvimento que aqui se fez foi do sul para o Centro por causa dos portos de Lourenço Marques e arruângua (Beira), e dos respectivos caminhos-de-ferro, ligando à África do Sul, Rodésia do Sul (Zimbabwè), Rodésia do Norte (Zâmbia) e Niassalândia (Malawi) e Congo Democrático (Zaire)” (Magaia, 2010:189).

Na visão do Calton Cadeado, docente do Instituto de Relações Internacionais de Moçambique, em entrevista à Voz da América Português (2010/08/06), esta questão de desigualdades em Moçambique tem vindo a ser politizado nunca teve resposta da população, desejado pelos políticos. Segundo o entrevistado, que participou no estudo realizado pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da sociedade Civil, encomendado pela União Africana em dez países, constatou que não se trata ainda como problema político.

“Uma das coisas que ajudam a minimizar esta questão de desigualdade regional é que há muitos projectos hoje que estão em curso em algumas regiões do Centro e Norte cujos resultados, provavelmente são de médio ou longo prazo. Falo por exemplo das pesquisas dos

recursos sinérgicos que estão em curso nas zonas do Centro e Norte do país”. (Cadeado, 2010/08/06). Portanto, em relação à questão das assimetrias, nos estudos realizados em Moçambique ainda não existem dados estatísticos, releva Cadeado.

2.4. A Língua Portuguesa e a Identidade Moçambicana

Firmino (2005) considera que dos vários estudos efectuados sobre a questão linguística nos países em desenvolvimento, tem sido um dilema fundamental na escolha da entre as línguas autóctones e uma língua ex-colonial. Segundo o autor, alguns estudiosos tendem a conceptualizar o dilema em dois diferentes objectivos para as novos Estados-nação: “por um lado, o estabelecimento de um quadro comunicacional que possa estar à altura do caminho para a modernidade, por outro lado, o desejo de preservar as tradições locais” (Firmino, 2005: 44).

Para Moçambique, o uso da língua portuguesa é um dos factores de unidade nacional, mas não deixa de ser tema de debate, embora seja a comunicação que une os moçambicanos, mas há vozes que defendem a preservação das línguas maternas, pelo facto de a maioria ter como base de comunicação do seu quotidiano.

Hall (2005), citado por Santana e Facco⁶ afirma que as identidades nacionais não são coisas com as quais os sujeitos nascem, mas são formadas e transformadas no interior da representação. O autor acrescenta que as identidades nacionais não são heranças genéticas, as pessoas não são apenas sujeitos sociais legais de uma nação, mas sim, elas participam na ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. O autor propõe nos que “O mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional” (Hall, 2005:49).

A língua portuguesa em Moçambique data desde o século XV, com a chegada das caravelas de Vasco da Gama. Esta modificou-se com a expansão do comércio, afirmação da administração e com o estabelecimento da Igreja Católica nas colónias. “Andou pelo Japão, Sri Lanka, Indonésia, Índia, África Oriental até aportar aqui, do Rovuma ao Maputo”. (Magaia, 2010:127).

⁶ www.nackenzie.br/fileadmin/Pos_Gradua

Segundo o autor, Moçambique viveu duas realidades, no que diz respeito a questão da língua portuguesa. Por um lado, durante a luta de libertação nacional, 1964-1975, Governo de Transição. Durante a luta de libertação, nas zonas libertadas da FRELIMO, o português era ensinado aos combatentes e as populações para que as luzes de alfabetização e da ciência se abrissem a seus olhos, nas zonas administrativamente sob controlo colonial, o português era falado nas cidades, vilas, para além dos filhos dos colonos e estudantes negros e os ditos “assimilados” (Magaia, 2010).

“Os novos Estados do período que se seguiu à II Guerra Mundial têm características muito próprias” (Anderson, 2005:157). O autor aponta, em especial, o facto de muitos desses países, após a sua independência terem optado pelo uso da língua colonizadora como oficial e sustenta que é dessa importância que, por exemplo, país como Moçambique é imaginado (e que ao mesmo tempo limita a sua extensão à Tanzânia ou à Zâmbia).

Neste contexto, o autor faz analogia com o uso de inglês na Austrália ou o uso de português no Brasil. Acrescenta que em certos lugares a identidade nacional poderá ter como base não só a língua, mas também o seu passado, em outros a “raça”, os hábitos ou temperamento do povo. Portanto, cada país, grupo ou classe imaginou uma proposta de identidade que se transformou no tempo e no espaço.

A questão da língua nacional oficial, em grande parte dos países africanos, na sua maioria com diversidade etnolinguística é muito acentuada, após as suas independências adoptaram a língua da sua ex-colónia, no caso concreto, Moçambique não foge a regra. Anderson (2005) aponta a questão da adopção da língua do colonizador como oficial nos Estados saídos após II Guerra Mundial como fundamental na implementação do seu nacionalismo e o ardente populismo da política de russificação; experiência histórica passada pelos americanos e europeus que herdaram as línguas do nacionalismo oficial imperialista. “Esta é a razão por que é possível encontrar com frequência, nas políticas de construção da nação, tanto um genuíno entusiasmo nacionalista popular a instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação social (...) por aí fora” (Anderson, 2005: 158).

Moçambique, constituiu como Estado-nação há 40 anos, conta com uma população de cerca de 22.4 milhões de habitantes (INE: 2010), na sua maioria jovem, a qual, grande parte vive na zona rural e com um mosaico cultural bastante diversificado.

Neste contexto, dois aspectos marcam a realidade da sociedade moçambicana: A diversidade linguística muito acentuada e hábitos e costume culturais. É um país que conta com vinte línguas nacionais (INDE: 1998) e estas são o único meio de comunicação para mais de 51.9% da população nacional (INE: 1997), na sua maioria a viver no campo. Esta população tem uma das mais de 23 línguas da família bantu como a sua língua materna (Namburete, 2006). Segundo o autor, embora a língua portuguesa tenha sido outorgada como a língua oficial, após independência, a sua convivência com as línguas nacionais não tem sido pacífica, pelo facto desta ter ganho o estatuto da “língua de unidade nacional”.

Segundo Firmino (2001), apesar da diversidade sociocultural, após a independência nacional, as novas autoridades políticas de Moçambique declararam a língua portuguesa como língua oficial. A razão política fez vincar nesta decisão, o argumento da escolha foi de que a língua portuguesa era o factor da unidade nacional e que as línguas nacionais eram susceptíveis de fomentarem o divisionismo, regionalismo e o tribalismo. Para a realidade moçambicana, a questão do uso da língua portuguesa foi crucial tendo em conta a diversidade linguística. Esta decisão serviu para resgatar a identidade e cultura da nova nação e com isso integrar a maioria a sociedade.

Na óptica de Namburete (2006) Moçambique não constitui uma nação, fazendo analogia com Portugal ou França. Para o autor, não existem moçambicanos como existem portugueses, franceses ou ingleses, Moçambique é apenas uma expressão geográfica, e moçambicanos apenas um apelido que distingue aqueles que vivem dentro das fronteiras do território chamado Moçambique e aqueles que vivem fora dele. “Portanto, Moçambique é um conjunto de várias nações dentro das delimitações geográficas estabelecidas aquando da partilha da África pelas potências coloniais” (Namburete, 2006:102).

“(…) o uso do português como língua nacional não irá por si garantir a unidade do país. Antes, o reforço da nação moçambicana estará em função de como se irá permitir aos diferentes grupos sociais (...) fazer parte da nação-Estado, e de como eles sentirem que beneficiam dos recursos postos à disposição pelo sistema nacional”. (Firmino, 2001: 308)

Segundo Namburete (2006), com o processo de globalização que tem vindo a crescer em todas as sociedades, incluindo Moçambique, e que é caracterizado pela expansão das

economias mundiais, e as movimentações, no âmbito da região da África, no sentido de eliminar as fronteiras e barreiras alfandegárias tem criado uma nova situação sócio-linguístico.

Embora mais de metade da população não saiba ler nem escrever português, esta língua tem desempenhado um papel preponderante na unificação dos moçambicanos, pelo facto destes pertencerem um mosaico cultural diversificado. Por outro lado, decretado como língua oficial, simboliza a identidade de Moçambique como nação, razão pela qual é usado pelos meios de comunicação social para informar educar e socializar as comunidades.

Parte III: Televisão em Foco

3. Breve Historial da Imprensa Moçambicana: Período Colonial até os dias

Actuais

A imprensa moçambicana teve a sua génese e a sua trajectória aliada aos interesses da classe política. Para melhor compreender, resumidamente, vamos recorrer à cronologia desenhada por Capela (1996), que destaca o período colonial, como sendo o mais longo da história do país.

Capela (1996) chama a primeiro período de *Imprensa ao Serviço da Metrópole*, serviu os interesses do sistema colonial, aquando da criação do Boletim do Governo da então Província de Moçambique. Este governo, teve como primeira capital a actual Ilha de Moçambique, posteriormente transferida para Lourenço Marques, actual Maputo. Este período vai de 1854 a 1888.

O segundo período, o autor denomina-o de *Imprensa Africana*. Este começa em 1909, onde se destacam os jornais como O Africano, Brado Africano e outros. Foi período que marcou o despertar dos africanos usando imprensa para publicar as suas produções que tinha como base questões ligadas aos africanos.

A terceira, Capela (1996) caracteriza-a como a *Imprensa Operária*. Esta tinha como missão a defesa dos desfavorecidos, que, segundo o autor, não tinham direito a justiça nem filiação partidária. Seguiu-se a *Imprensa Católica*, jornais inspirados à Igreja católica. E por último a *Imprensa Reivindicativa*, que é considerada o período da luta contra a ocupação colonial portuguesa. Foi a fase que os movimentos de libertação usaram as artes para expressar o seu descontentamento com a colonização. Portanto, para Moçambique marca o período do início da luta armada.

Cientes da importância em aprofundar o passado para melhor entendermos o presente dos meios de comunicação de Moçambique, propomo-nos a começar a partir do período pós independente. Esta fase pode se considerar dois períodos que marcaram a imprensa moçambicana.

De 1975 a 1990, o Governo a Frelimo, sendo partido único, conduziu os destinos do país num sistema centralizado. A Imprensa (Rádio e Jornais de impresso e depois televisão-1980) foi praticamente nacionalizada, exemplo das outras instituições, e que, durante este

tempo foi usada como instrumento para massificar as suas políticas. “os órgãos de informação deviam informar, educar e mobilizar o povo para o combate à miséria, à ignorância, ao subdesenvolvimento, ao tribalismo e ao racismo” (Vasconcelos, 1996 *in* Pacamutondo, 2010:18).

Como forma de manter os meios de comunicação social a servir os seus interesses, o Governo da Frelimo criou do Ministério de Informação e estes foram integrados politicamente. “A integração foi facilitada com a ocupação desses órgãos de informação por simpatizantes da Frelimo, da causa da independência e da Revolução” (Lima, 200: 134). Nesta fase nenhum órgão de informação podia criticar as acções do governo.

Década de 1990 marca o princípio do processo democrático em África. Começaram as reformas em quase todos países da zona subsaariana, passam do sistema mono partidário para o pluralista. Moçambique não fugiu a regra, introduziu várias alterações na sua política, a destacar, o nascimento da Lei Imprensa, onde a Constituição consagra que: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação” e acrescenta que “A liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão” (C.R.M⁷, 1990: 16 -17).

Esta etapa marcou nova era da história de um Moçambique democrático porque coincidiu com fim da guerra de destabilização que opunha o Governo da Frelimo e Renamo, como consequência, formação de partidos políticos e os meios de comunicação social multiplicaram-se.

⁷ C.R.M.- Constituição da República de Moçambique de 1990.

3.1. Televisão: Meio Identitário da sociedade

Antes da televisão, houve os primeiros meios de comunicação que abriram as portas da era do advento da tecnologia. A telegrafia foi o primeiro meio de comunicação moderno a ser lançado e depois seguiram-se o telefone, o jornal, o rádio, televisão, transmissão via cabo e satélite, e a internet.

O marco da evolução da história dos meios de comunicação teve como ponto de partida o aperfeiçoamento do processo gráfico do alemão Johannes Gutenberg, na produção do jornal, por volta do século XV. E nos finais do século XIX foi o surgimento da rádio, quando o italiano, Guglielmo Marconi desenvolveu a tecnologia de transmissão de som por ondas de rádio.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, no mundo globalizado, alterou quase todo cenário na vida das sociedades e a área da comunicação social poderá ter sido a que mais se destacou. Deste modo, a televisão foi o meio que trouxe nova forma de estar e teve maior impacto na interacção interpessoal dentro das sociedades actuais pela transmissão via imagem e som. Isto aconteceu por volta do século XX.

Lopes (2008) cita Arnheim que aponta a televisão como sendo o prolongamento dos nossos sentidos. “A televisão veio alterar a nossa atitude em relação à realidade: faz-nos conhecer melhor o mundo e, sobretudo, dá-nos uma sensação da multiplicidade de coisas que acontecem simultaneamente em sítios diferentes” (Arnheim *in* Lopes, 2008:44).

Wolton (1994), considera que para a existência da comunicação, é fundamental ter identidades constituídas, vontade de diálogo e interacção entre os indivíduos, acima de tudo, linguagem e valores comuns. Estas características segundo o autor, são encontradas na televisão por ser de uma comunicação interactiva, onde permite aos indivíduos ligarem-se e desligarem-se à distância, e como querem, a um conjunto de programas oferecidos a toda gente. “Ela é um meio de participar na ordem social a partir de nossa casa” (Wolton, 1994:302). O autor destaca na sua locução a programação veiculada actualmente pela televisão e a considera a como sendo o elo dos laços sociais na sociedade de massa.

Lopes (2008) propõe-nos que a televisão passa a ser o local que apresenta gostos da maioria e as realidades socioculturais periféricas, onde o audiovisual reflecta as preocupações e problemas de diferentes campos sociais.

Sob ponto de vista de Newcomb (1999), citado pela Maria Lopes (2006), a televisão pode contribuir para a identidade nacional, não porque narra conteúdos, nem porque constrói tempos sociais ou cria sentido de pertença, mas porque dá espaço para representações, constituídos por fóruns electrónicos no qual as diversas partes sociais podem ter acesso ou ser representadas, e no qual, ao menos potencialmente, se exprime a sociedade civil.

Moçambique não foge a regra, uma vez que, passou a ser quase obrigatório a adesão a este novo avanço tecnológico que representa um marco importante no desenvolvimento do país e da sociedade, em geral. Neste contexto, temos a salientar que os meios de comunicação social moçambicanos, através de transmissão da informação, têm contribuído na formação da identidade nacional e a Televisão marca diferença.

Para Lopes (2008), a televisão pode ser vista, enquanto promotora de elos sociais, em três ângulos: Meio que instala pontos de referências, meio que celebra a vida de todos os dias e como um meio de coesão social. “Os telespectadores encontram na televisão um elo social que lhes pode devolver alguma segurança numa sociedade dispersa e individualizada; que pode celebrar um quotidiano fragmentado; que pode ligá-los a outros iguais a si, embora essas semelhanças nem sempre sejam evidentes” (Lopes, 2008: 62).

A construção da identidade por parte das comunidades, nos moldes actuais, é feita na sua maioria a partir das relações que as mesmas mantêm com a sociedade na qual onde estão inseridas e para tal, os meios de comunicação social têm um papel crucial a desempenhar e no nosso entender um dos melhores veículos para este processo, a televisão é a mais eficaz.

Maria Imaculada de Lopes (2006) propõe-nos que a nação como sendo lugar antropológico de construção de identidades, a escolha das narrativas da televisão poderá ser a chave de interpretação (e de orientação) dos processos identitários e culturais em curso. No entender da autora, as identidades colectivas são sistemas de reconhecimento e diferenciação simbólicos das classes e dos grupos sociais e a comunicação emerge como espaço-chave na construção/reconstrução dessa identidade. Portanto, segundo a autora, histórias narradas pela televisão são, antes de tudo, importantes pelo seu significado cultural.

Para Pinto (2005) a televisão se diferencia como uma realidade específica, no serviço público, quando este se assume como uma instituição da sociedade, numa relação directa com as outras instituições, dando lhes vez e voz, sem estar condicionada pela exigências do sucesso. “É nesta relação de horizontalidade, dando corpo a um projecto de acção comunicativa de natureza mais interactiva, que vemos emergir o sentido da existência de um operador televisivo actuando em nome da comunidade e ao seu serviço” (Pinto, 2005: 16).

Em Moçambique, este meio de comunicação ocupa um papel importante na formação da identidade nacional, já que a produção de programas nacionais passa a funcionar como agente da união na diversidade dos moçambicanos.

Lopes (2008) aponta três pressupostos importantes no processo comunicativo e interacção: A primeira, apresenta-nos a relação entre o indivíduo e o seu meio social que é feita através da televisão. Segundo a autora, é fornecido quadros orientadores de acção em forma de narrativas que lhe ajudam a situar a sua identidade.

O segundo pressuposto apontado pela autora é forma como são retratados os acontecimentos do quotidiano, sejam eles bons ou maus e aqui, o telespectador encontra um espaço para celebração de ritos através dos quais poderá fomentar a construção de elos sociais. E por último, a televisão passa a ser o local que apresenta gostos da maioria e as realidades socioculturais periféricas, onde o audiovisual reflecta as preocupações e problemas de diferentes campos sociais.

Segundo sociólogo Wolton (1994) a televisão não é narcotizante e os telespectadores são receptores passivos. Segundo autor, os indivíduos assimilam o que vêem na televisão e produzem sentido a partir de sua compreensão, aprimorando conhecimento. É da análise de cada telespectador que se pode fazer julgamento do que apreendeu durante a recepção da informação que é feito o juízo de valor.

3.2. História da Televisão de Moçambique – E.P.

Após a independência nacional, o Governo da Frelimo optou por um sistema de gestão centralizada, isto é, estatal. E foi neste contexto que, em 1980, é criada a Televisão de Moçambique - Experimental. Portanto, sendo a primeira televisão a ser criada, ela funcionou em

molde experimental de 1980 até 1989, altura que passou a ser designada Televisão de Moçambique (TVM) e sendo órgão de comunicação social do Estado ficou subordinada ao Ministério de Informação.

Por falta de dados bibliográficos escritos sobre este órgão de informação, os dados que vamos apresentar são baseados nos depoimentos de figuras importantes que estiveram no processo da implantação deste meio de comunicação social moçambicano.

A constituição da Televisão de Moçambique teve como base um projecto lançado, a título experimental, por uma empresa italiana, aquando da exposição na Feira Internacional de Maputo, nos finais de 1979. Segundo o nosso entrevistado, Cabaço (2011), os italianos começaram por fazer uma pequena emissão experimental, onde era emitido sinal, apenas para a cidade de Maputo. Esta emissão durou dez dias, mas segundo Cabaço (2011), o entusiasmo por parte dos telespectadores foi grande, que depois de terminada a feira, houve solicitações para que se mantivesse a emissão do sinal. “Portanto, em 1980, em Abril passei para o Ministério de Informação. O Presidente Samora Machel, numa reunião do Governo, ele levantou a questão da televisão e encarregou-me de fazer um estudo sobre a televisão” Cabaço⁸.

Segundo o nosso entrevistado, foi necessário desenhar um projecto de aquisição de equipamento e de formação de quadros para futuramente operacionalizar uma Televisão de Moçambique. Durante a formação do pessoal foram produzidas pequenas reportagens apenas aos sábados “fazíamos uma emissão como pouco de prova prática da formação” (Cabaço, 2011). Para além da produção de material local, também serviam de enlatados e a emissão era apenas para cidade de Maputo.

Este desejo não foi apenas manifestado pela população, mas sim, por outro lado, o Governo moçambicano tinha encontrado um meio com maior impacto para disseminar as suas mensagens, desta forma, fazer chegar ao cidadão as suas actividades políticas.

“Conseguimos com os italianos e um português que vivia cá no Maputo cerca de 400 a 500 televisores e espalhamos os televisores nos locais públicos: Grupo Dinamizadores, hospitais, quartéis e não havia televisores privados; a assistência era pública. Com o avanço do projecto as emissões passaram a ser também nas quartas-feiras” (Cabaço, 2011)

⁸ José Cabaço, Ex Ministro de Informação de Moçambique. Entrevistado em Maputo no dia 01.02.2011.

A primeira fase foi conturbada para os profissionais da televisão, que ainda estavam em formação, uma vez que as exigências multiplicaram-se por todo lado. “No início dos anos oitenta criou-se, como corolário de todo este dinamismo, a Televisão Experimental, com grandes dificuldades de ordem material e humanos. (...). Mas já se lançavam as bases para que a TVE⁹ viesse a ser escola de produção e realização televisiva no país” (Magaia, 1994:58-59).

Embora reconhecendo a fragilidade deste novo meio de comunicação, o entusiasmo foi tão grande para os membros do Governo que até “as sessões não começavam sem a presença da TVE. Para Cabaço (2011) a Televisão de Moçambique nasce num período em que o país estava mergulhado numa guerra civil, esta foi também uma das razões da sua criação. Passou a ser um instrumento importante para o Governo no processo de propaganda. “ A ideia principal da criação estava ligada a dois conceitos: política de promoção do Governo e política da unidade nacional” (Cabaço, 2011).

Esta fase ainda contava com três emissões semanais. As notícias e reportagens nacionais produzidas serviam para alimentar a emissão durante a semana. O grande salto deu-se em 1991 quando deixou de ser Televisão Experimental e passou a ser designada Televisão de Moçambique, onde as emissões passaram a ser diárias. E foi nesta década que foram criadas as Delegações da Beira, Nampula e Niassa.

Em 1994, a Televisão de Moçambique deixa de estar sob jurisdição do Ministério da Informação e é transformada em empresa pública, passando a ser designada Televisão de Moçambique – Empresa Pública, TVM-E.P., com vista a prestar serviço público de televisão.

Foi desta forma que passou a assumir um papel preponderante na sociedade moçambicana, como Órgão de comunicação Social, onde tem como objectivos principais: informar, educar, formação da sociedade e entretenimento.

Actualmente, a expansão do sinal da Televisão de Moçambique abrange quase todo território, mas é vista nas capitais provinciais e sedes distritais. Podemos considerar que é uma realidade urbana, porque ainda não é vista pela maior parte da população moçambicana.

⁹ T.V.E. Televisão de Moçambique -Experimental

Armando Chavana¹⁰, diz que A TVM¹¹ joga um papel crucial na construção da identidade do país e no fortalecimento e promoção de valores nacionais. Dá como exemplo a constituição da empresa no que se refere aos profissionais: “As nossas equipas são constituídas por pessoas de todas as origens. Os trabalhadores do sul trabalham no norte, os do norte estão no centro, etc...” (Chavana, 2011).

Cabaço defende que, actualmente falar da unidade nacional, não se pode desligar do processo da criação da nova identidade e os meios de comunicação social tem um grande papel a desempenhar. “Eu penso, sem dúvida, que a TVM manteve e mantém um papel extremamente importante na definição de uma identidade moderna em Moçambique” (Cabaço, 2011). Corroborando com a mesma ideia, Chavana (2011), a realidade moçambicana, no que diz respeito a sua diversidade é vista neste canal nacional porque os profissionais recolhem a informação em vários cantos do país para emitir em vários programas informativos, educativos e de entretenimento “os moçambicanos, do norte ao sul conseguem se rever na TVM” (Chavana, 2011).

A Televisão de Moçambique tem vindo a se destacar como o meio de comunicação de maior impacto no país pelo facto de estar preocupado com a veiculação de informação os acontecimentos políticos, económicos socioculturais do país e do mundo, assim como, ocupa um papel importante na formação da identidade nacional.

3.3. Historial do Programa “Ver Moçambique” da TVM – E.P.

Com o desenvolvimento da tecnologia de informação, os meios de comunicação têm desempenhado um papel importante na socialização das sociedades, através da disseminação da informação e Moçambique não foge a regra. Portanto, a procura de espaço para informar, auto promover as actividades e realizações do governo, por parte das “elites políticas” moçambicanas nos meios de comunicação, concretamente, televisão, tem sido constante, razão pela qual, na TVM nasceu o programa Ver Moçambique para dar voz ao cidadão comum.

¹⁰ Armando Chavana - Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique- Empresa Pública. Entrevistado em Maputo no dia 08.02.2011.

¹¹ T.V.M – Televisão de Moçambique é uma Empresa Pública criada em 1980 como meio de comunicação social com interesses para servir o público.

O programa “Ver Moçambique” da TVM nasce num contexto da viragem de página na história política de Moçambique, acabado de sair da guerra civil que durou 16 anos, onde o tecido social, a economia e infra-estruturas haviam sido destruídos. Deste modo havia necessidade de unir os moçambicanos para edificar o país completamente destruído e os meios de comunicação jogaram um papel fundamental na consolidação da paz.

“Ao facilitar um vínculo entre os modos de actuar e os requisitos sociais dessa actuação, a televisão constitui-se como base que nos torna membros de uma comunidade” (Lopes, 2008:65). Este pressuposto apresentado pela autora, o programa “Ver Moçambique” enquadra-se perfeitamente, tendo em conta o seu perfil e os seus objectivos que são: criar uma identidade nacional nos moçambicanos a partir dos seus conteúdos de carácter informativo e educativo.

Simão Anguilaze¹², um dos mentores do programa “Ver Moçambique”, que desempenhou cargos de PCA e Director de Informação da TVM, conta-nos que o “Ver Moçambique” veio substituir o programa “Nós Por Exemplo”, que era uma produção quinzenal em reportagem de 30 minutos e que reportava questões sociais e políticas do país no período do conflito armado. Enquanto o Ver Moçambique serviu como um programa que pudesse unificar os moçambicanos numa só única causa, que era reconstruir o país, recuperar o tecido social e acima de tudo valorizar os hábitos culturais dos moçambicanos para fortalecer a Unidade Nacional na diversidade. Segundo Anguilaze (2011), o programa Ver Moçambique, que tinha como slogan “Levar o país à TVM e a TVM ao país” tinha a missão de trazer a realidade dos moçambicanos, as suas realizações, ansiedades; procurando deste modo criar uma identidade dos moçambicanos na diversidade

Anguilaze (2011) e Cabaço (2011) corroboram com a ideia de que o programa “Ver Moçambique” visa dar espaço ao moçambicano sem voz no programa supostamente para as “elites políticas”, referimo-nos ao espaço informativo, o telejornal, que na sua maior parte das notícias falam dos políticos. “O nosso objectivo era de facto, por um lado, exaltar essa função da TVM que é de fazer reportagens sobre o país...Trazer bocadinhos da realidade de Moçambique, mosaico cultural; por outro lado, isso nunca dissemos, era interno, tinha a ver com o facto de o

¹² Simão Anguilaze- Ex Presidente do Conselho de Administração e Director de Informação da TVM-E.P. 1998-2009. Entrevistado em Maputo no dia 24.01.2011.

nosso telejornal que era muito politizado, é um telejornal com muita pressão política...Assim, encontramos um espaço, uma espécie de replica ao telejornal” (Anguilaze, 2011).

Outro aspecto apontado por Anguilaze para a criação do “Ver Moçambique” tinha a ver com o dar espaço as notícias vindas das províncias porque no telejornal eram peças produzidas na cidade de Maputo. Era necessário “desmaputizar” a TVM, disse Anguilaze.

O “Ver Moçambique” é um programa diário, informativo e educativo da Televisão de Moçambique, com perfil desenhado na perspectiva de trazer a realidade do país, através de pequenas reportagens de 5 minutos produzidas por jornalistas de todo o país e apresentado em 27 minutos (Anguilaze, 2011).

3.4. A Produção do Programa “Ver Moçambique” da TVM

Embora vários autores estabeleçam muitas subdivisões na classificação aos géneros jornalísticos, podemos considerar quatro géneros: “notícia, reportagem, crónica e artigo ou comentário” (Fontcuberta, 2010: 81). Neste contexto, o programa Ver Moçambique enquadra-se no género de reportagem, embora seja de cinco minutos, ela oferece informação de forma diferente porque abrange mais o público no que toca ao relato dos factos e também aborda os temas com maior profundidade (Moiane, 2011).

Segundo Ponguane¹³ o programa “Ver Moçambique” da TVM tem funcionado de forma descentralizada na sua apresentação, uma vez que os Pivots passaram a ser regionais, ou, em algumas delegações provinciais, contrariamente o perfil inicial que tinha dois Pivots sediados na capital, Maputo. Duas razões são apontadas para a alteração do formato do programa:

“Uma foi a logística, que estamos a descongestionar a produção. Tudo é produzido a partir de Maputo, depois faz-se os pacotes e vão para o ar a partir de Maputo. Nós queremos reduzir o volume de produção aqui. Como temos centros de produção espalhados pelo país, queremos capitalizar dos materiais vindos de todas as províncias e o segundo é que temos a fibra óptica a expandir” (Chavana, 2011).

¹³ Simião Ponguane - Director de Informação da TVM. Entrevistado em Maputo no dia 02.02.2011.

O programa “Ver Moçambique” é produzido por uma vasta equipa de jornalistas e operadores de câmaras espalhada por todo o país, uma vez que a TVM possui, em cada capital provincial uma Delegação. Segundo Chavana (2011), há uma necessidade de dar maior atenção às comunidades mais recônditas para que a TVM seja o local onde os moçambicanos possam rever-se.

A produção do programa Ver Moçambique é feita a partir da recolha de material noticioso no terreno, seja de carácter informativo ou educativo, por uma equipa de jornalista e operador de câmara. Para melhor percebermos a operação, recorreremos a três jornalistas que escolhemos nas três regiões do país: Sul, Centro e Norte de Moçambique.

Macuácu¹⁴, Espada¹⁵ e Fernandes¹⁶, jornalistas afectos no programa “Ver Moçambique” responderam que não tiveram nenhuma formação específica para fazer parte da produção do programa Ver Moçambique. A sua integração foi fácil, visto que vêm duma área onde tinha a função de produzir notícias de actualidade, contrariamente ao perfil do Ver Moçambique.

Na visão dos nossos interlocutores, o programa Ver Moçambique consiste em trazer a realidade de cada moçambicano em reportagens, que abordam os seus anseios, os seus desafios e suas realizações, “dar voz a quem não tem voz” (Fernandes, 2011).

“Outro aspecto que é prioridade nas nossas reportagens é o facto de, através do alinhamento tentar englobar todas as províncias no programa de cada dia, mostrando assim a identidade dos moçambicanos na diversidade. Portanto, o “Ver Moçambique” é o espelho dos moçambicanos” (Macuácu, 2011).

¹⁴ Águeda Macuácu- Jornalista da TVM-E.P. afecta no Centro de Televisão Central, zona Sul de Moçambique. Entrevistada no dia 10.04.2011: 10.20, via Skype.

¹⁵ Susana Espada- Jornalista da TVM- E.P. afecta no Centro de Televisão Provincial da Beira, zona Centro. Entrevistada no dia 12.04.2011: 13.00, via telemóvel.

¹⁶ Floriberto Fernandes Jornalista da TVM- E.P. Afecto no Centro de Televisão Provincial de Nampula, zona Norte de Moçambique. Entrevistado no dia 24.03.2011, via Skype.

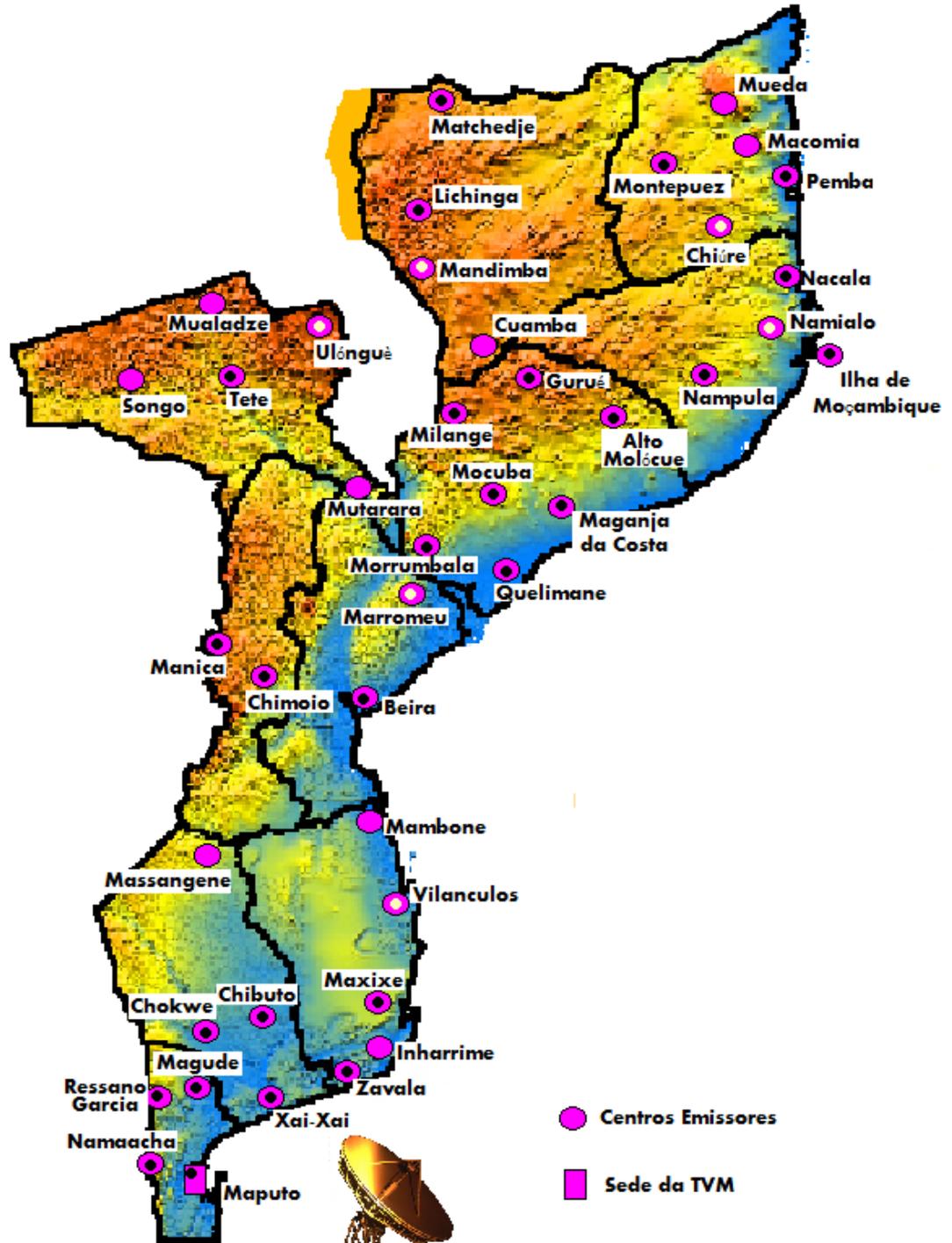
Parte IV : Estudo Empírico

4.1. Distribuição do Sinal de Televisão em Moçambique

Actualmente, Moçambique conta com 5 (cinco) canais de televisão nacionais (STV, TIM, Mira Mar) e a RTP- África, totalizando assim seis canais. No entanto, a TVM é o único canal com maior abrangência a nível nacional e o seu sinal é transmitido via satélite. Segundo Amarildo Ho-Poon¹⁷, Director técnico da TVM, o sinal abrange aproximadamente 45% das zonas com maior aglomeração populacional do país. O maior raio de abrangência é o centro emissor que está localizado na capital do país, Maputo.

A actual distribuição do sinal tem a ver com a forma como este meio de comunicação foi implantado no país. “O primeiro emissor teve como base a capital do país” (Ho-Poon, 2011). Segundo nosso entrevistado, depois de Maputo o critério que se seguiu teve a ver com questões políticas. Depois da cidade capital, seguiram-se as capitais provinciais da cidade da Beira e depois Nampula e, passados anos, foram instalados emissores nas restantes oito capitais provinciais. Hoje a TVM conta com mais de 42 repetidoras de sinal, quase por todo o país, abrangendo actualmente os distritos e algumas localidades, como ilustra o mapa abaixo.

¹⁷ Amarildo Ho-Poon, Director Técnico da TVM. Entrevistado em Maputo no dia 15.01.2011



4.2. Análise do Programa Ver Moçambique

Recordamos que propusemos neste trabalho de investigação intitulado “ O Contributo da Televisão de Moçambique na Construção da Identidade Nacional, Estudo do Caso: O Programa “Ver Moçambique”. Partindo no pressuposto de que o perfil do programa tem em vista retratar, através de reportagem de cinco minutos, as realizações quotidianas dos moçambicanos.

Para a nossa investigação, foram recolhidos dados documentais de peças de televisão em reportagens de 5 (cinco) minutos produzidos por todo o país e que abordam questões ligadas a vários aspectos sócio económico e cultural do dia-a-dia dos moçambicanos, as suas realizações no geral. São peças de “não actualidade”¹⁸ e correspondem aos meses de Setembro e Outubro de 2010. Dos 40 programas previstos, que correspondem aos meses acima indicados, só nos foi possível ter a nossa disposição 33 programas que corresponde a 82.5%.

Tendo em conta o perfil do programa, que é dar espaço aos cidadãos individuais iremos usar como base os dados sobre as fontes usadas nas peças produzidas durante o período acima indicado. Outras variáveis que vamos privilegiar para medirmos os factos serão as peças produzidas, tendo em conta o espaço geográfico, os temas abordados por província, região distrito.

Para melhor entendimento no que diz respeito as fontes usadas nas peças produzidas, optamos em classificá-las em três categorias: exclusivamente fontes oficiais (Governos, especialistas e ONGs), exclusivamente fontes não oficiais (cidadão comum) fontes oficiais e não oficiais na mesma peça (governo, especialistas ONGs e cidadãos individuais). Outro aspecto a ter em conta é relativo à maneira como agrupamos algumas províncias: Sul, Centro e Norte. A zona sul é composta pelas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. No centro temos Sofala, Manica, Tete e Zambézia. Por último, no norte são as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

¹⁸ Peças de Não actualidade - termo técnico usado na televisão para referir notícias que não perdem actualidade, isto é, podem não ser emitidas no mesmo dia.

4.2.1. Fontes Usadas por Província

Nas 10 (dez) províncias, durante os dois meses foram observados 73 peças que só usam fontes oficiais, que corresponde a 37.5%, contra 11.6% que representam as peças com fontes não oficiais. No total das 197 peças observadas, 101 (cento e uma) usaram simultaneamente fontes Oficiais e não oficiais. Olhando por regiões, temos a destacar a região Sul do país que teve o valor mais baixo no concernente às fontes não oficiais. Na amostra de 197 peças, apenas foram entrevistados 3 cidadãos comuns a que corresponde apenas a 1.5% como ilustra a tabela a baixo.

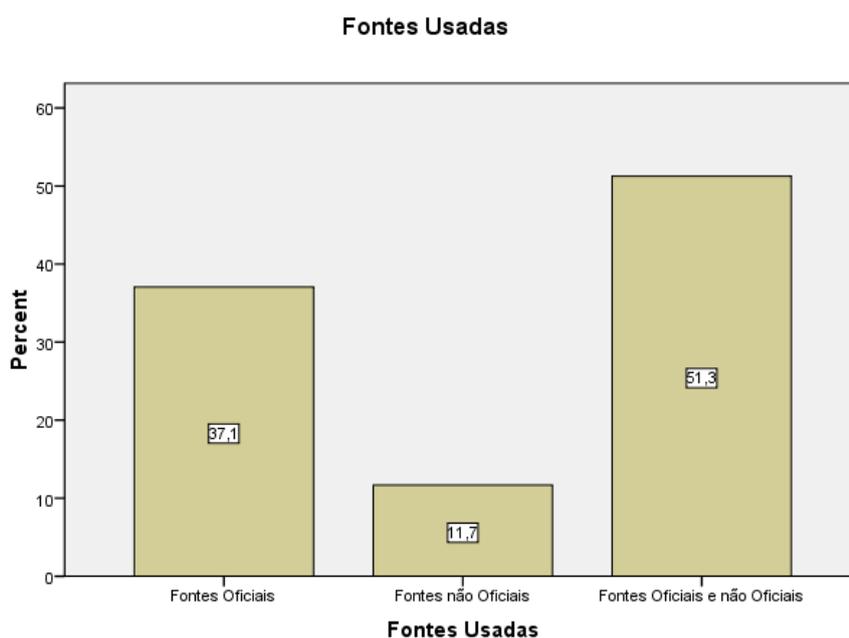
Tipo de Fontes por Província

Província	Tipo de Fontes Usadas			Total
	Só Fontes Oficiais	Só Fontes não Oficiais	Fontes Oficiais e não Oficiais	
Maputo	4	1	7	12
Gaza	2	1	4	7
Inhambane	2	1	6	9
Sofala	7	7	11	25
Manica	2	0	10	12
Tete	3	2	7	12
Zambézia	17	8	21	46
Nampula	12	2	18	32
Niassa	15	1	12	28
Cabo Delgado	9	0	5	14
Total	73	23	101	197

Segundo Santos (2006), as fontes de informação representam um elemento fundamental na produção da notícia. O autor define fonte de informação como uma entidade que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeando assim acções ou descrevendo factos, ocorrência das realizações de um acontecimento.

“(…) todo o mundo pode ser fonte, desde que um jornalista a procure e escreve uma notícia sobre ela” (Santos, 2006: 75). Para o autor, estas fontes podem ser distinguidas em quatro categorias: “Jornalista; porta-vozes de instituições e organizações não governamentais; cidadãos individuais” (Ericson *in* Santos, 2006: 76). O autor salienta que neste processo existe uma luta entre as agendas das fontes de informação, de modo a algumas terem mais possibilidades de ser notícia do que outras.

Fazendo analogia ao estudo de Felisbela Lopes (2005), na sua análise ao usos das fontes nos debates da televisão de canais generalistas, verificou que sempre foram privilegiadas as políticas, ou seja que, detendo um poder governativo legislativo ou da liderança partidária. Este facto pode ser constatado na nossa análise, onde os dados percentuais apontam uma clara vantagem a fontes oficiais (37.1%) face as não oficiais (11.7%) nas peças produzidas no programa Ver Moçambique, contrariando assim os objectivos desenhados para o perfil do programa.



Relativamente a estes dados analisados sobre o uso das fontes nas 197 peças produzidas no país, nos meses de Setembro e Outubro, para o programa Ver Moçambique, os números dão larga vantagem ao uso das fontes oficiais e ao uso conjunto dos dois tipos de fontes na mesma peça (oficiais e não oficiais). Esta ocorrência dá-se pelo facto de maior parte

das peças produzidas pelos jornalistas, em quase todas as zonas, reportam acontecimentos que tem a ver com as realizações do governo, não propriamente aos cidadãos individuais.

Anguilaze (2011) explica que os primeiros anos da sua existência, o programa sempre reportou questões ligadas ao quotidiano dos moçambicanos e pela importância dos temas abordados pelos jornalistas, que tinham a ver com o social e a cultura dos moçambicanos passou a liderar as audiências. “Este programa começou a fazer réplica ao telejornal que sempre foi o produto mais assistido no país” (Anguilaze, 2011).

Para Anguilaze (2011), com a dinâmica e desenvolvimento do país, várias acções, a nível do governo foram sendo amplificadas e como todos “queriam que o seu assunto passe no telejornal da TVM”, isso levou com que as prioridades, em termos de alinhamento das peças fossem na base da importância da peça e hierarquia na estrutura do Governo. “Como o nosso telejornal tem 45 minutos, as peças produzidas nas províncias relacionadas com o poder local já não tinham espaço. Assim sendo, fomos obrigados a inseri-las no programa Ver Moçambique e aos poucos, o cidadão comum começou a perder seu espaço”.

Outro aspecto que podemos apontar, é que durante a nossa observação e análise das peças, por exemplo as que o cidadão comum partilha a informação com as fontes oficiais ou organizações não governamentais, ele não tem muito tempo de antena porque apenas ele é um beneficiário duma acção social ou projecto desenhado pelas instituições oficiais.

4.2.2. Peças por Província

Do total de 197 (cento noventa e sete) peças analisadas do programa “Ver Moçambique”, nos meses de Setembro e Outubro de 2010, importa destacar em relação à produção por província o seguinte: Zambézia, localizada na zona Centro do país, é a que mais contribuiu com 46 peças, que correspondem a 23.4%. Em contrapartida, a província de Gaza, na região Sul, registou menor contribuição: 7 peças, que representam 3.6% durante os dois meses em análise.

Olhando por região pode-se notar que a zona Sul do país teve uma produção percentual de 14,2%, tem sido um valor baixo comparativamente à região Centro, que alcançou 48.3% que equivale a 95 peças. Enquanto a região do Norte soma 37,5%, dados que podem ser observados na tabela a baixo.

Tabela: Peças por Província

Províncias	Frequências	Percentagens
Maputo	12	6.1
Gaza	7	3.6
Inhambane	9	4.6
Sofala	25	12.7
Manica	12	6.1
Tete	12	6.1
Zambézia	46	23.4
Nampula	32	16.2
Niassa	28	14.2
Cabo Delgado	14	7.1
Total	197	100.0

Estes dados leva-nos a fazer a seguinte observação: no processo de análise verificámos que as peças produzidas são na sua maioria realizações do Governo, seja Central, provincial, distrital ou local podemos nos sustentar na afirmação de Cadeado (2010), na qual aponta que a maior riqueza natural de Moçambique está nas regiões de Centro e Norte do país. Razão pela qual, pode se compreender que o governo procura investir mais nestas zonas. "Os maiores projectos de investimentos, nos últimos anos estão concentrados nestas duas regiões" (Cadeado, 2010).

Concordando com a ideia do Cadeado (2010), estas acções do governo têm em vista a busca de equilíbrio, no que diz respeito ao desenvolvimento das regiões que passa pelas questões ligadas a História do país antes da independência até a guerra civil, que durou 16 anos.

Por outro lado, observamos nas peças produzidas que os governos provinciais e distritais do Centro foram os que maiores intervenções fizeram nas peças. Podemos também observar o objectivo dos mesmos têm a ver com a promoção do seu trabalho, tendo em conta que, na sua óptica tudo aquilo que é realização do Governo ou ONG deve ser notícia.

4.2.3. Temas por Província

Relativamente os temas abordados nas peças, na nossa recolha de dados, optamos por escolher os temas mais reportados como forma de concentrar o nosso estudo nas áreas mais referenciadas. Vamos destacar a Saúde, Educação, Agricultura, Cultura, política, Sociedade, Educação e Acção Social, Turismo, Pesca, Religião e Justiça. Dizer que o tema Sociedade engloba várias áreas sociais que achamos melhor incorporar num só tema.

Dos 12 (doze) temas escolhidos para análise da variável tema por província, encontramos províncias que têm maior abrangência diversidade temática: a Zambézia cobre 10 (onze) temas, enquanto a província de Gaza registou menor no que toca a abrangência temática, com apenas 3 temas abordados.

Temas Por Província

Províncias	Tema												
	Educação	Saúde	Agricultura	Acção Social	Cultura	Política	Sociedade	Sociedade Social	Educação e Acção Social	Turismo	Pesca	Religião	Justiça
Maputo	1	2	2	1	2	1	2	0	1	0	0	0	12
Gaza	0	0	4	0	0	0	2	0	1	0	0	0	7
Inhambane	0	1	1	3	0	0	2	0	2	0	0	0	9
Sofala	6	1	1	2	2	0	9	0	1	1	2	0	25
Manica	4	2	2	2	0	0	1	0	0	1	0	0	12
Tete	2	1	3	0	3	2	1	0	0	0	0	0	12
Zambézia	10	3	4	5	3	4	12	0	3	1	0	1	46
Nampula	4	3	3	2	3	0	14	0	1	0	1	1	32
Niassa	2	1	4	4	2	1	10	1	1	1	1	0	28
Cabo Delgado	3	6	0	0	2	2	0	0	0	0	1	0	14
Total	32	20	24	19	17	10	53	1	10	4	5	2	197

Nesta tabela verificámos que as 197 peças produzidas para o programa “Ver Moçambique” durante os dois meses de Setembro e Outubro, reflecte na sua maioria, realizações dos Governos provinciais e Organizações Não Governamentais. Esta aposta que recai à Educação (32 peças) pode ser justificada pelo facto de Moçambique ter ainda o número elevado de analfabetismo no país que ronda aos 51.9%,¹⁹. Portanto, a aposta das entidades governamentais e ONGs está na construção de infra - estruturas, como é o caso das escolas e centros educacionais como forma de baixar esta cifra. Neste contexto, a prioridade do projecto educação está mais concentrada nas regiões Centro e Norte do país, por razões históricas, uma vez que poucas escolas foram implantadas.

Olhando para abrangência e a frequência dos temas abordados por província verificamos que as províncias da Zambézia (com abrangência de 10 temas e que tem a frequência de 46) e Nampula (9 temas e frequência de 32) ocupam as posições de destaque. Enquanto as províncias de Gaza e Inhambane têm menor abrangência temática e menor frequência, sendo que a província de Gaza apresenta uma frequência de 7 e a de Inhambane, 5 temas e 9 de frequência. A seguir apresentamos no gráfico abaixo os temas por província e as respectivas frequências

¹⁹¹⁹ Portal do Gov. Moç.

http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/agosto2006/news_176_e_08_06/

Tabela: Número de Peças por Temas

Temas	Frequências
Educação	32
Saúde	20
Agricultura	24
Acção Social	19
Cultura	17
Política	10
Sociedade	53
Educação e Acção Social	1
Turismo	10
Pesca	4
Religião	5
Justiça	2
Total	197

Aqui encontramos uma maior concentração de temas e diversificadas nas peças nas regiões do norte e centro. Os temas mais abordados são os de saúde, educação e acção social. Este facto verifica-se porque as peças reflectem as actividades desenvolvidas pelo Governo e ONGs nas províncias. Passados 19 anos após a guerra de civil, o país ainda continua no processo de reconstrução das infra-estruturas, economicamente e o tecido social. As duas zonas foram as mais ficaram afectadas pela destruição.

Nas peças produzidas podemos observar que os temas abordados são das construções de escolas, hospitais, projectos de desenvolvimento comunitário e estes são promovidos ou financiados pelo Governo ou instituições não governamentais.

4.2.4. Peças por Distrito

Num total de 128 distritos, os jornalistas do programa Ver Moçambique puderam cobrir 73 distritos, incluindo os municípios, o que corresponde a 56.3%. Zambézia e Nampula são as províncias que se destacaram na produção de peças por distrito: Na Zambézia foram feitas 46 peças em 14 distritos, onde o Município de Quelimane é que teve maior frequência (11). Para Nampula foram editadas e emitidas 32 peças produzidas em 11 distritos e regista-se com maior frequência no Município com mesmo nome com 16.

No sentido inverso destacamos as províncias de Tete e Inhambane: Olhando para a província de Tete, os dados de produção na província é de 12 peças, distribuídas em poucos distritos, 4 e com o mesmo número de frequência no distrito de Angónia das 197 peças. A província de Inhambane também contou com 4 distritos onde foram produzidas 7 peças e a maior frequência no município com mesmo nome, 3.

Na óptica do Chavana (2011), o programa “Ver Moçambique” deve reflectir-se na realidade das zonas mais recônditas do país. “É lá onde tem a maior parte da população e é lá onde acontecem as coisas”.

Pelos dados analisados, peças por distrito, notámos que foram produzidas peças acima da metade dos distritos no seu todo. Mas no nosso entender é visível que na sua maioria são produzidas nos grandes municípios, principalmente nas sedes capitais. Este facto tem a ver, segundo Chavana (2011), com a falta de condições financeiras logísticas para fazer deslocar as equipas aos distritos mais recônditos de Moçambique.

“Nós ainda não temos condições que possam suportar a grande logística que é necessária para cobrir o país todo, mas o programa está ajudar a trazer uma dimensão das realizações na medida do possível. (...) Realmente andamos perturbados pelo ritmo de produção de notícias nos centros urbanos” (Chavana, 2011).

4.3. Síntese da Análise das Peças

Olhando para as variáveis: Fontes usadas, peças por província, tema por província e peças por distritos, podemos observar: Nas fontes usadas, tendo em conta o perfil do programa Ver Moçambique, que é trazer as realizações, as ansiedades, tendo como actor principal o cidadão comum, não se verifica porque as reportagens produzidas são na sua maioria feitas na

base da agenda dos Governos, do topo até ao local, ofuscando assim as preocupações dos cidadãos.

Sobre as peças produzidas por província e por distrito é de salientar que os programas não tem um critério rigoroso para o alinhamento do programa, uma vez que em cada programa encontramos mais de duas peças de uma só província, sabendo que o país conta com 10 províncias e 128 distritos.

Em relação aos temas abordados consideramos serem pertinentes porque, de alguma forma trazem a realidade do país, embora sejam diferentes, porque são projectos, na sua maioria do Governo e das OGNs.

Durante a análise dos 33 programas podemos constatar alguns aspectos que achamos importantes neste processo de produção das peças. Os temas abordados são do interesse das comunidades, embora não seja propriamente o actor principal, mas sim o governo. Esta razão prende-se com o facto de os jornalistas estarem sujeitos a publicar as realizações do Governo e das organizações não governamentais. Os conteúdos produzidos nas peças são uma linha orientadora do Governo que pretende transmitir uma mensagem de desenvolvimento e construção de um país, onde há participação de todos os moçambicanos.

4.4. Análise das Entrevistas à População da Sede Distrital de Magude

Magude é um distrito da província de Maputo, localizado a norte da cidade capital com mesmo nome e dista a 150 kms. Com uma população de 5.229 habitantes (INE, 2007), maioritariamente camponesa. Das cinco emissoras de televisão existentes em Moçambique, apenas tem acesso a Televisão de Moçambique.

Cientes de que a amostra de 20 (vinte) não é representativa para o distrito de Magude, não nos foi possível entrevistar maior número de pessoas como era o nosso desejo devido a vários constrangimentos que não importa aqui referenciar. Quisemos perceber o quanto o programa Ver Moçambique é representativo para aquela comunidade e aos moçambicanos em geral.

Foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas a cidadãos residente na Vila que tem assistido a programação da TVM. Estas entrevistas obedeceram a um guião (Ver anexo) e foram

realizadas face-a-face. Este tipo entrevistas permite reformular as perguntas ou fazer novas com base nas respostas dadas durante a entrevista. Foram entrevistadas pessoas singulares como forma de aferir melhores resultados.

Dos 20 entrevistados, 11 (onze) são homens e 9 (nove) são mulheres. Quanto ao nível de escolaridade, dos 20 entrevistados temos: 12 indivíduos do nível básico, 7 nível médio e 1 não letrado. Tendo em conta que só têm acesso a único canal de televisão, optamos por afunilar as variáveis indo directamente ao que nos interessa. Neste caso, procuramos saber se assiste os programas da TVM, com que frequência (Diariamente; várias vezes; pelo menos uma vez por semana) e tipo de programas que gosta de assistir, principalmente os Informativos e educativos, mais concretamente o programa “Ver Moçambique”. Das respostas obtidas, temos a destacamos o seguinte:

Os 20 inqueridos responderam que sim, assistem os programas da TVM, o que equivale a 100% da nossa amostra. Relativamente a frequência com que assistem:

Por sexo, dos 11 homens, 9 é que assistem diariamente, 1 indivíduo várias vezes e o outro pelo menos uma vez por semana. Os indivíduos do sexo feminino, das 9 entrevistadas, 7 assistem diariamente, 1 (uma) várias vezes e a outra unidade, pelo menos uma vez por semana.

Uma vez que o programa Ver Moçambique está inserido na categoria de género informativo e como melhor forma de aferirmos o nosso propósito, procuramos saber dentre os seguintes programas: Bom Dia Moçambique (das 06h-08h), Primeiro Jornal (das 13h-13.30) Ver Moçambique (19h-19.30) e Telejornal (20h-20.45), qual é o programa que as pessoas mais preferem assistir e porquê; ao que responderam o seguinte:

Dos 20 indivíduos entrevistados, do universo de 9 indivíduos do sexo masculino, 7 têm maior preferência no programa Ver Moçambique, enquanto 2 gostam mais do Telejornal. As razões da escolha: todos são unânimes em dizer que preferem estes programas porque passam depois das 18h e porque coincide depois da hora laboral ou é a hora em que estão livres.

Dos 11 (onze) indivíduos do sexo feminino, 10 preferem o programa Ver Moçambique e uma pessoa gosta de assistir mais o Primeiro Jornal. Razões apontadas: as que preferem o “Ver Moçambique” consideram que é melhor acompanhar o programa informativo porque depois ocupam-se com outros afazeres, como preparar tudo o que é necessário para o dia seguinte.

Para reforçar a ideia da identidade nacional, Wolton (1994) defende que para uma melhor comunicação é necessário que existam identidades constituídas, uma vontade de diálogo, uma interacção e acima de tudo valores comuns que nos unem. Para o autor, estas características gerais da comunicação podem ser encontradas na televisão pelo facto deste meio ser detentor de uma originalidade mais interactiva, onde permite com que as pessoas possam ligar-se e desligar-se à distância. Portanto, “Ele é um meio de participar na ordem social a partir da nossa casa. (...) não há comunicação sem identidade...” (Wolton, 1994: 302).

Fazendo analogia com as frases do Wolton (1994), a Televisão de Moçambique, através do seu programa “Ver Moçambique” procura criar esta relação entre as várias identidades nacionais de forma a criar uma coesão na diversidade cultural dos moçambicanos. Razão pela qual perguntamos aos nossos entrevistados, se o programa Ver Moçambique é representativo para todas as comunidades moçambicanas. Dos 20 inqueridos, 18 consideram que o programa é um exemplo da realidade moçambicana porque reflecte o quotidiano dos moçambicanos das zonas mais longínquas do país e as realizações das actividades do governo. Para ilustrar, apresentamos as transcrições literais das respostas de alguns entrevistados.

24 anos: “ De um modo geral, o programa Ver Moçambique, posso considerar que é um programa que representa todas as comunidades porque ele traz acontecimentos que passam em quase toda parte do país, traz o reflexo daquilo que são as actividades do governo e da própria população para o desenvolvimento do país”

34 Anos: “ No ver Moçambique, é lá onde vejo muitas coisas que acontecem notras partes do país...vejo pessoas que vivem muito longe daqui, vejo como é que eles vivem e isso é muito bom para mim como moçambicano. Sei que nunca por exemplo para norte do país porque é longe, ir conhecer com meus olhos, mas quando anoitece fico na TVM, no programa Ver Moçambique e consigo chegar lá longe...”

27 Anos “ O programa Ver Moçambique tem a ver com o nosso país, conseguimos ver muitas coisas que se passa notros locais...por exemplo, já vi Magude aqui no programa Ver Moçambique quando inauguraram a escola onde minha filha estuda...Sei que também lá longe viram Magude e assim já sabem que em Moçambique existe Magude”

19 Anos “ No Ver Moçambique conseguimos ter a noção do que realmente acontece no país porque mostra o quotidiano dos moçambicanos, as suas realizações, alias, não só das comunidades, mas sim, aquilo que o Governo faz para melhorar a vida das populações.

Chavana (2011) reconhece que há uma necessidade de fazer chegar as equipas do “Ver Moçambique” em todo o país como forma de trazer a representatividade de todas as comunidades, mas há vários constrangimentos. “infelizmente, devido a fragilidade logística, continuam a chegar apenas aos distritos quando um grande empresário convida, quando o governador vai lá e convida” (Chavana, 2011). Esta visão é também partilhada por Simião Ponguane e Emília Moine, Director Informação e chefe de Redacção da TVM, respectivamente.

No que concerne a questão da identidade nacional, todos os entrevistados sentem que, de alguma forma ainda existe muito trabalho para que todos nos sintam como moçambicanos e consideram que a TVM tem contribuído bastante neste domínio através do programa Ver Moçambique, como ilustram as seguintes transcrições:

33 Anos: “tem sido poucas vezes que a televisão mostra, por exemplo danças culturais. Aquilo que representa a nossa cultura...Embora eu seja do sul, eu gosto de ver, por exemplo, danças do norte e centro...principalmente de centro, existe alguma coisa que parece daqui da nossa zona. Assim sentimos que algumas coisas fazem parte da nossa cultura e acredito que isso pode ser motivo para eu sentir me moçambicano com aquele que vive longe de mim”.

37 Anos “Olha, na TVM custuma mostrar pessoas de Maputo que vive em Nampula. Eles custuma fazer festas prepara comida daqui; malta matapa com amendoim...e não fica só eles de Maputo na festa, convida outra gente, por exemplo daquele província que está e comem, bebem e dançam. Isso nós vemos que é bom porque todos moçambicanos troca experiência de vida. Se não fosse Ver Moçambique eu não havia de saber que acontece isso...isso é unidade nacional”.

75 Anos “ eu nasceu aqui em Madugo e nunca saíu daqui. Conhece muitas pessoa que são moçambicano por causa de assistir este programa de Ver Moçambique...Quando começou este programa foi quase mesmo ano que chegou TVM aqui no Magudo. Eu conhecia tradições de Magudo...como nós vive aqui, mas agora eu já conhece outras terras de Moçambique porque sempre, de segunda fera para sexta fera, eu não falha ver este programa. Acho que é bom porque ia morrer sem saber muita coisa doutros moçambicano”

Na receptividade do programa por parte dos cidadãos residentes em Magude, constatamos que na sua maioria assistem TVM, por um lado, pelo facto de terem, apenas, acesso a este canal. Dos programas informativos (BDM, PJ, TJ e VM) que achamos pertinentes para servir como medição em termos de preferência, concluímos que programa “Ver Moçambique” é o que tem maior audiência a a nível da nossa amostra. As razões dessa audiência, segundo os inqueridos, dizem que este programa espelha a realidade do país, embora tenha muito a ver com as realizações do Governo.

No universo de 20 entrevistados, relativamente ao programa como vínculo de construção da Identidade Nacional, 18 consideram que existem elementos fundamentais nas mensagens dos temas abordados pelos intervenientes.

Outro aspecto que os entrevistados tomaram em conta é a questão da língua. Consideram que, embora o português seja a língua que identifica os moçambicanos como país, propõem que sejam introduzidos programas de televisão nas línguas locais, nas Delegações como forma de preservar as culturas das diferentes zonas do país.

Considerações Finais

O objectivo fundamental desta dissertação foi perceber a forma como é criado o vínculo identitário entre as comunidades a nível nacional, através do programa televisivo “Ver Moçambique” produzido pela TVM, canal nacional.

Na elaboração do enquadramento teórico do trabalho foi importante explorarmos os conceitos sobre identidade e identidade nacional, os quais foram posteriormente operacionalizados tendo em conta a realidade moçambicana para verificar até que ponto o programa “Ver Moçambique” da TVM contribui para o reforço do vínculo identitário.

Efectuámos entrevistas exploratórias aos jornalistas produtores, directores e personalidades ligadas à criação do programa Ver Moçambique e da própria televisão como forma de colmatar a ausência bibliográfica sobre a Televisão de Moçambique. Para podermos verificar até que ponto o programa reforça o sentimento de unidade nacional, entrevistámos 20 (vinte) pessoas da sede distrital de Magde. Por outro lado analisámos peças do programa Ver Moçambique referentes aos meses de Setembro e Outubro de 2010 para aferir a ligação entre a produção do programa Ver Moçambique e a identidade nacional.

Verificamos que os jornalistas produtores do programa, embora com grandes problemas de meios (financeiros, materiais e humanos), procuram através das reportagens trazer o espelho da realidade do país, na medida do possível, tentando criar um sentimento de unidade desta “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que é caracterizada por uma diversidade cultural e linguística acentuada.

Das 197 peças produzidas para o programa Ver Moçambique, de alguma forma, reflectem os acontecimentos que as comunidades vivem, não obstante a maior presença das actividades e realizações do Governo que também fazem parte das necessidades e soluções dos problemas de carácter social das populações.

No que concerne à percentagem da produção de peças por distrito, na nossa observação notamos que a maior parte delas foi produzida nos municípios e nas vilas distritais, excluindo assim as comunidades que vivem fora dos pequenos centros urbanos.

Uma das razões apontadas pelos jornalistas e a direcção da TVM para este cenário tem a ver com o facto de a empresa estar a enfrentar dificuldades (falta de meios: financeiros, materiais e humanos) e assim, as equipas de reportagem estão sujeitas a ir “ao reboque” das entidades governamentais e ONGs para o terreno.

Portanto, o perfil desenhado para a materialização dos objectivos do programa, cujo slogan é “Levar o país à TVM e a TVM ao país”, começou a perder-se devido à pressão dos governos provinciais, distritais e ONGs, que passaram a ocupar este espaço informativo para a promoção das suas actividades. Este facto pode confirmar-se nos dados que representam as fontes usadas pelos jornalistas para a produção das peças do programa Ver Moçambique, onde a maior parte dos intervenientes pertencem às fontes oficiais, o que demonstra as limitações dos jornalistas na produção de peças que tenham maior abrangência aos indivíduos comuns e aos distritos e localidades.

Outra questão que podemos observar no programa Ver Moçambique tem a ver com o alinhamento e apresentação dos Pivots. Não existe um critério rígido no alinhamento, podendo entrar duas ou mais peças seguidas de uma única província em detrimento das restantes 9 (nove) que compõem o país. “No meu entender a descentralização dos apresentadores é a razão desta questão. (...). Cada editor provincial faz questão de preencher o espaço com maior número de peças da sua província no programa” (Anguilaze, 2011).

Da amostra das entrevistas à população de Magude, a grande maioria dos entrevistados identifica-se com o programa “Ver Moçambique” pelo facto deste, poderem ver realizações, usos e costumes, práticas culturais de diversos pontos do país. O que nos leva a concluir que o programa reforça o sentimento de unidade nacional.

Bibliografia

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995). *A Investigação nas Ciências sociais*. Editorial Presença, Lisboa.

Anderson, B. (1983) *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Anguilaze, S. (2011). *Entrevista Sobre a Contribuição da TVM na Identidade Nacional*. Realizada em Maputo no dia 24.01.2011.

Bauman, Z. (2004). *A Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt*. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro.

Berger, P. & Luckman, T. (1999). *A construção Social da Realidade*. 3ª edição. Artes Gráficas, Lisboa.

Burke. P. (2007), *A Linguagem televisiva de Identidade nacional* http://www.iowiki.usp.br/gdmat07/index.php/A_linguagem_televisiva_e_o_senso_de_identidade_nacional. Acessado no dia 20.05.2011.

Cabaço (2011). *Entrevista Sobre a Criação da Televisão Experimental de Moçambique*. Realizada no dia 01.02.2011.

Cabaço, J. (2010), *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Edição Marimbique, Maputo.

Cabecinhas, R. (2007), *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Campos das Letras, editores. Porto.

Cadeado C. (2010) *Entrevista sobre Assimetrias regionais em Moçambique*. Voz da América Português.
http://www.voanews.com/portuguese/news/Moz_Development_Aug_06_2010_voanews-100131499.html. Acessado 14.05.2011.

Capela, J. (1996) *“A Imprensa de Moçambique até Independência”* in Ribeiro, F, & Sopa, A; 140 anos de Imprensa em Moçambique. Maputo: AMOLP.p.11-27.

Carvalho, M. (2011) *A mediação do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa na Internet em Portugal: Análise Comparativa da Cobertura Jornalística no expresso e no Jornal de Notícias*. Dissertação de Mestrado em ciências da Comunicação. Uminho, Braga.

Chavana, A. (2011). *Entrevista Sobre a Contribuição da TVM na Construção da Identidade Nacional*. Realizada em Maputo no dia 08.02.2011.

Constituição da República de Moçambique, (2004) *Deveres, Direitos e Liberdades, Art. 48º*. Escola Editor, Maputo.

Dieckhoff, A. (2000-2001), *A Nação Em Todos Os Seus Estados: As Identidades nacionais*. Stória Editores, Lda, Lisboa.

Espada, S. (2011). *Entrevista Sobre a Produção Jornalística do Programa Ver Moçambique*. Entrevista realizada no dia 12.04.2011 via Telemóvel, Cidade da Beira.

Fernandes, F. (2011). *Entrevista Sobre a Produção Jornalística do Programa “Ver Moçambique”*. Realizada no dia 0.24.03.2011, via skype, Cidade de Nampula.

Ferreira, A.(1997) *Identidades Culturais e Democracia: Reflexão Sobre o Texto de M. Wiewiorka*. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campusocial/article/viewFile>. Acessado em 23.03.2011.

Firmino, G. (2005). *A Questão Linguística Na África Pós-Colonial: O Caso do português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Textos Editores. Lda. Maputo.

Fontcuberta, M. (2010) *A Notícia. Pistas para Compreender o Mundo*, 3ª edição. Sociedade Editorial, Lda. Alfragide.

Francisco, A. (2007) *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição Para sua Compreensão Crítica*. CIEDIMA, SARL, Maputo.

Gellner, E. (1993) *Nações e Nacionalismo*. Gradiva, Lisboa.

Hall, S. (1999) *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html>. acessado no dia 05.05.2011.

Hobsbawm, E. (1998) *A Questão do Nacionalismo*. Ed. Terramar. Lisboa.

http://www.jorwiki.usp.br/gdmat07/index.php/A_linguagem_televisiva_e_o_senso_de_identidade_nacional. Acessado 17.06.2011.

<http://www.webartigos.com/articles/4740/1/Identidade-Nacional-E-A-Globalizacao/pagina1.html#ixzz14w7FU05J> Acessado dia 11/11/2010.

INE, (2006), Analfabetismo continua preocupante em Moçambique <http://www.ine.gov.mz/publicacoes/ets/maputo10/Magude.pdf>. Acessado no dia 26.06.2011.

Lalanda, P. (1990). *A identidade é Sempre uma Relação: Uma Introdução ao Uso do Conceito de Identidade*, in *Arquivo de Beja: Culturas, Identidades e Globalização*. Câmara Municipal de Beja.

Lopes, M. (2006) "*Televisões, nações e narrações: Reflexões sobre as identidades culturais em tempos de globalização*". In Martins, M. Sousa H. Cabecinhas R. (Ed). *Comunicação e Lusofonia- Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Campos das Letras.

Macamo, E. (2011: 15.05) *Entrevista sobre a Identidade Moçambicana*. Porto.

Macuácuá, A. (2011). *Entrevista Sobre a Produção Jornalística do Programa "Ver Moçambique"*. Realizada via Skype no dia 10.04.2011, em Maputo.

Magaia, A. (1994) *A Informação em Moçambique: A força da Palavra*. Maputo: AMOLP.

Magaia, A. (2010). *Moçambique: Raízes, Identidade, Unidade Nacional*. Sociedade Editora Ndjira, Lda. Maputo.

Mondlane, E. (1969/1995) *Lutar Por Moçambique*. Editora: Minerva Central. Maputo.

Mota, M. Dos S. L. C. (2008) *Representação da Identidade Nacional na Notícia da TV*. http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3752. Acessado dia 05.05.2011.

Pacamutondo, O. P. C. (2010). *O Sistema Televisivo em Moçambique: Um Contributo para Análise do Audiovisual no Espaço Lusófono*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Uminho. Braga

Pinto, M. (2005) in Serviço público – *uma perspectiva; Televisão e Cidadania: Contributo para o debate público*. Campo das Letras – Editores, S. A., Famalicão.

Quedinho, L.D. (2007) A participação da mídia televisiva na construção da identidade nacional. *Actas do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1404-2.pdf> Acessado dia 05.03.2011.

Quivy, R. Campenhoudt, L. Van (2008). *Manual de Investigação Em Ciências Sociais*. Editora Gravidia, Portugal.

Santos, B. S. de & Silva, T.Cruz e (2004). *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*/Editor:Centro de Formação Jurídica e Judiciária; Maputo.

Smith, A. (1999) *Nações e Nacionalismo Numa Era Globalizada*. Celta Editora.

Thiesse, M.(1999). *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa

Veloso, H. (2008) *A Identidade Social: Estudos das Relações de Consumo e Produção dentro do trabalho Bancário*. Biblioteca Digital USP. (<http://tinyurl.com/4nytfv9>), Acessado em 23.03.2011.

Wolton, D. (1994) *Elogio do Grande Público: Uma Teoria Crítica da Televisão*. Edições ASA.

Apêndices

Guião de Entrevista Para Directores, Editores e Produtores do Programa Ver Moçambique

1. A questão da identidade nacional tem sido tema de discussão na actualidade. De que forma a Televisão de Moçambique joga um papel fundamental na construção da realidade identitária do país, tendo em conta que mais de 99% dos programas são feitos em português para uma população q a maioria comunica-se em línguas locais?
2. O “ Ver Moçambique”, sendo um programa informativo e educativo, será que retrata a realidade identitária de todas as comunidades moçambicanas?
3. Que tipo de género noticioso o programa “ Ver Moçambique”, está inserido e será de que forma ela é uma representação social
4. Sendo um programa nacional e diários, quais são os critérios editoriais usados para a produção e alinhamento do programa, de ponto de vista dos conteúdos apresentados?
5. A identidade de um Estado-nação é a partilha de um conjunto de valores e como exemplo a questão da língua. Até que ponto a transmissão do programa Ver Moçambique, em língua portuguesa não constitui problema, visto que mais de 50% dos moçambicanos não falam essa língua?

Guião da Entrevista Para Cidadão Comum

- Sexo;
- Idade;
- Profissão;
- Nível de escolaridade

Sobre o programa “Ver Moçambique”

1. Tem visto os programas da Televisão de Moçambique? Que tipo de programa gosta e quantas vezes por semana ou dias assiste?
2. O programa “Ver Moçambique”, na sua óptica é representativo para todas as comunidades moçambicanas?
3. Quais são os pontos positivos e negativos que vê no programa “ ver Moçambique? E o que motiva lhe a assistir o programa?
4. Acha que o programa “ Ver Moçambique” ajuda as comunidades a manter coesa no que diz respeito a identidade nacional? Como?
5. O programa influência de alguma forma na sua vida quotidiana? Como?
6. O programa ajuda você a tomar iniciativas no dia-a-dia?
7. já deixou de fazer algo porque achou que é era certo ou errado por ter visto algo no programa?
8. O programa é assunto informativo apenas, ou educativo para as famílias e amigos?
9. Até que ponto a cobertura jornalística feita pelos profissionais da TVM, a nível do país, para o programa “Ver Moçambique”, é representativo?

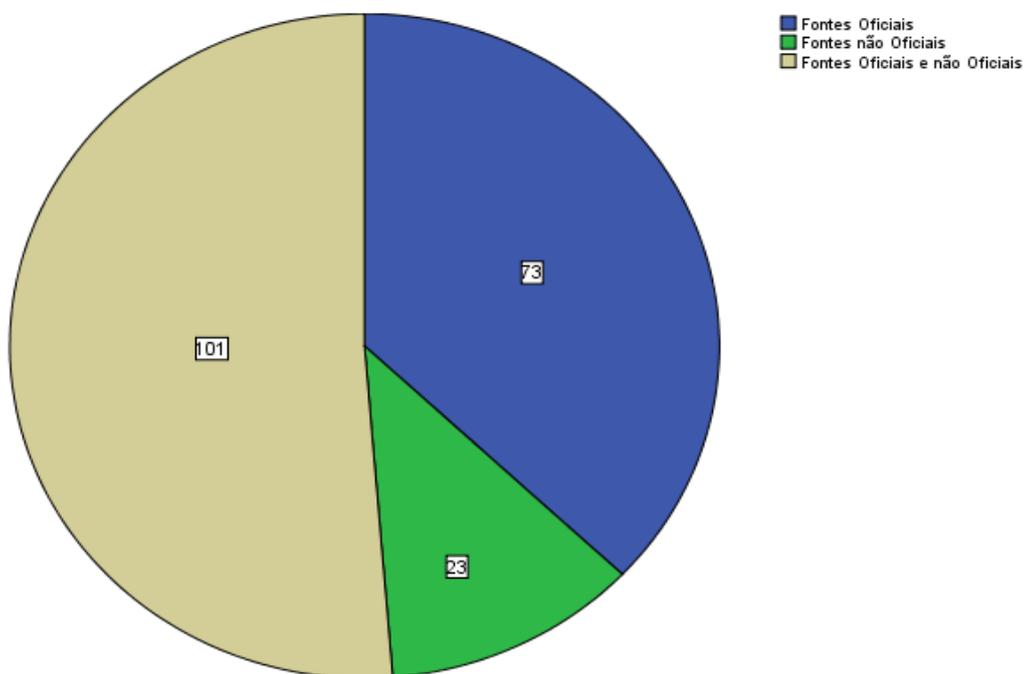
Será que o programa “Ver Moçambique” aborda os temas que reflectem os desejos da sociedade moçambicana?

Como cidadão moçambicano, quantas vezes vê notícias do seu distrito, que aborda o dia a dia?

Temas Por Província

Províncias	Tema													
	Educação	Saúde	Agricultura	Acção Social	Cultura	Política	Sociedade	Sociedade Social	Educação e Acção Social	Turismo	Pesca	Religião	Justiça	Total
Maputo	1	2	2	1	2	1	2	0	1	0	0	0	0	12
Gaza	0	0	4	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	7
Inhambane	0	1	1	3	0	0	2	0	2	0	0	0	0	9
Sofala	6	1	1	2	2	0	9	0	1	1	2	0	0	25
Manica	4	2	2	2	0	0	1	0	0	1	0	0	0	12
Tete	2	1	3	0	3	2	1	0	0	0	0	0	0	12
Zambézia	10	3	4	5	3	4	12	0	3	1	0	1	1	46
Nampula	4	3	3	2	3	0	14	0	1	0	1	1	1	32
Niassa	2	1	4	4	2	1	10	1	1	1	1	0	0	28
Cabo Delgado	3	6	0	0	2	2	0	0	0	0	1	0	0	14
Total	32	20	24	19	17	10	53	1	10	4	5	2	2	197

Fontes Usadas





Faixa do Centro de Televisão Central da TVM- Maputo



Redacção Central da TVM- Maputo



Sala de Edição do Programa Ver Moçambique - Maputo



Entrada principal da Vila Distrital de Magude - Província de Maputo



Uma das Ruas da Vila do Distrito de Magude



Entrevistadas sobre a recepção do Programa “Ver Moçambique”

